



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

“RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 436, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023 que aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Acadêmica de Divinópolis.”

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UEMG

REITORA

Lavínia Rosa Rodrigues

VICE-REITOR

Thiago Torres Costa Pereira

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Michelle Gonçalves Rodrigues

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Vanesca Korasaki

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Moacyr Laterza Filho

PRÓ-REITOR DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Silvia Cunha Capanema

DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA DE DIVINÓPOLIS

Ana Paula Martins Fonseca

VICE-DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA DE DIVINÓPOLIS

André Amorim Martins

COORDENADORA DO CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

Suênya Thatiane Souza

VICE-COORDENADOR DO CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

Lílian Fernanda Silva

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Estabelecimento de Ensino: Universidade do Estado de Minas Gerais

Unidade acadêmica: Divinópolis

Esfera administrativa: Estadual

Curso: Serviço Social

Habilitação: Bacharelado

Modalidade: Presencial

Carga Horária Total do Curso: 3.000 horas

Turno de funcionamento: Noturno

Integralização do curso:

- Mínima: 04 anos = 08 Semestres
- Máxima: 07 anos = 14 Semestres

Regime de ingresso: Sisu, Enem, Reopção, Transferência e Obtenção de Novo Título e Vestibular próprio da UEMG.

Início de funcionamento: 2005

Renovação de Reconhecimento: Resolução SEE nº4756, de 16 de Agosto de 2022, publicado em 17/08/2022.

Quantidade de dias letivos semanais. 06 (seis)

Município de implantação: Divinópolis

Endereço de funcionamento do curso: Avenida Paraná, 3001, Bairro: Jardim Belvedere II
CEP: 35.501-170. Fone: (37)3229 - 3590. E-mail: servicosocial.divinopolis@uemg.br

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO –
NÚCLEO ESTRUTURANTE/NDE**

Presidência do NDE
Suênya Thatiane Souza

Coordenação do curso de Serviço Social
Suênya Thatiane Souza

Membros do NDE
Juliano Aparecido de Almeida
Lilian Fernanda Silva
Ronaldo Alves Duarte
Suênya Thatiane Souza
Virgínia Raimunda Ferreira

Apoio e participação dos/as professores/as do Colegiado do Curso de Serviço Social.

Sumário

<u>1.</u>	HISTÓRICO E PERFIL DA INSTITUIÇÃO.....	5
1.1.	A Universidade do Estado de Minas Gerais	5
1.2.	A Unidade Acadêmica de Divinópolis	7
1.3.	Realidade Regional	8
<u>2.</u>	APRESENTAÇÃO DO CURSO	12
2.1	Histórico	12
2.2	Concepção, Finalidades e Objetivos do Curso.....	13
2.3	Perfil do bacharel em Serviço Social	15
2.4	Competências e Habilidades	16
2.5	Identificação das demandas profissionais e sociais que o curso busca atender	17
<u>3.</u>	ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	18
<u>4.</u>	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA e COMPOSIÇÃO CURRICULAR	22
4.1	Estrutura, Conteúdo e Organização Curricular.....	22
4.2	Conteúdos curriculares obrigatórios (OBR)	23
4.3	Disciplinas Optativas e Eletivas	25
4.4	Disciplina com carga horária à distância	25
4.5	Estágio Curricular Supervisionado	26
4.6	Atividades Complementares de Graduação	27
4.7	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	27
4.8	Matriz Curricular	28
4.9	Ementário e Bibliografia	33
4.10	Formas de avaliação e acompanhamento do estudante	80
4.11	Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE).....	80
4.12	Monitoria Acadêmica	82
<u>5.</u>	GESTÃO ACADÊMICA	83
5.1	Colegiado do Curso de Serviço Social	83
5.2	Núcleo Docente Estruturante	84
5.3	Coordenação do Curso.....	85
6.	INFRAESTRUTURA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO	86
6.1	Biblioteca	88
6.2	Redes de Informação	90
7.	INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE APOIO	92
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
9.	APÊNDICE - REGIMENTOS	94

9.1 APÊNDICE A - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	94
9.2 APÊNDICE B - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	102
9.3 APÊNDICE C - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	106
9.4 APÊNDICE D DA REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO CURRICULAR.....	117

1. HISTÓRICO E PERFIL DA INSTITUIÇÃO

1.1. A Universidade do Estado de Minas Gerais

Uma análise da história da UEMG desde sua criação permite afirmar que a Universidade do Estado de Minas Gerais representa uma alternativa concreta e rica de aproximação do Estado mineiro com suas regiões, por acolher e apoiar a população de Minas onde vivem e produzem. Por sua vocação, tem sido agente do setor público junto às comunidades, colaborando na solução de seus problemas, através do ensino, da pesquisa e da extensão e na formatação e implementação de seus projetos de desenvolvimento.

Para se firmar no contexto do Ensino Superior no Estado e buscando estar presente em suas mais distintas regiões, a UEMG adota um modelo multicampi, se constituindo não apenas como uma alternativa aos modelos convencionais de instituição de ensino, mas também de forma política no desenvolvimento regional. Assim, a Universidade apresenta uma configuração ao mesmo tempo, universal e regional. Deste modo, ela se diferencia das demais pelo seu compromisso com o Estado de Minas Gerais e com as regiões nas quais se insere em parceria com o Governo do Estado, com os municípios e com empresas públicas e privadas. Compromisso este apresentado em um breve histórico da formação de suas Unidades acadêmicas.

A UEMG foi criada em 1989, mediante determinação expressa no Art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição do Estado de Minas Gerais e a sua estrutura foi regulamentada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, estando vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTES, à qual compete formular e implementar políticas públicas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o ensino superior.

O Campus de Belo Horizonte teve sua estrutura definida pela mesma Lei, que autorizou a incorporação à UEMG da Fundação Mineira de Arte Aleijadinho - FUMA, hoje transformada em duas escolas: Música e Design; a Fundação Escola Guignard; o curso de Pedagogia do Instituto de Educação, transformado na Faculdade de Educação de Belo Horizonte, e o Serviço de Orientação e Seleção Profissional - SOSF, hoje convertida em Centro de Psicologia Aplicada - CENPA. Compõe o Campus Belo Horizonte ainda, a Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves, criada pela Resolução CONUN/UEMG Nº 78, de 10 de setembro de 2005, com vistas a contribuir para a consolidação da missão institucional da UEMG relativa ao desenvolvimento de projetos de expansão e diversificação dos cursos oferecidos e, para a ampliação do acesso ao ensino superior no Estado.

No interior, a UEMG realizou, em convênio com prefeituras municipais, a instalação do curso de Pedagogia fora de sede em Poços de Caldas e das Unidades Acadêmicas em Barbacena, Frutal, João Monlevade, Leopoldina e Ubá com a oferta de cursos que buscam contribuir para a formação de profissionais e para a produção e difusão de conhecimentos, que reflitam os problemas, potencialidades e peculiaridades de diferentes regiões do Estado, com vistas à integração e ao desenvolvimento regional.

Por meio da Lei nº 20.807, de 26 de julho de 2013, foi prevista a estadualização das fundações educacionais de ensino superior associada à UEMG, de que trata o inciso I do § 2º do art. 129 do ADCT, a saber: Fundação Educacional de Carangola; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, de Diamantina; Fundação de Ensino Superior de Passos; Fundação Educacional de Ituiutaba; Fundação Cultural Campanha da Princesa, de Campanha e Fundação Educacional de Divinópolis; bem como os cursos de ensino superior mantidos pela Fundação Helena Antipoff, de Ibirité, estruturada nos termos do art. 100 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, cujos processos de estadualização foram encerrados em novembro de 2014. A Figura 1 demonstra a localização das Unidades da UEMG no estado de Minas Gerais, nas regiões intermediárias do estado.

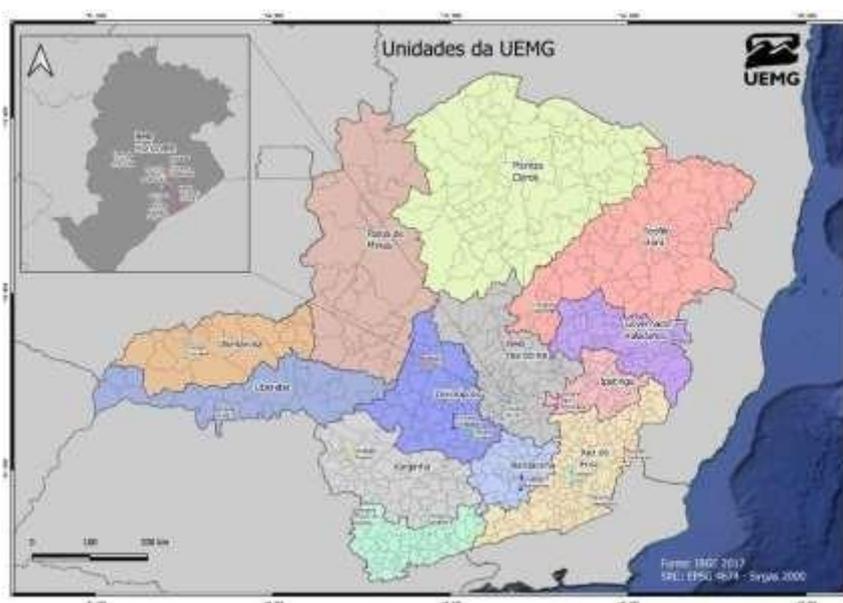


Figura 1: Distribuição das Unidades da UEMG segundo regiões Intermediárias de Minas Gerais

Com as últimas absorções efetivadas, a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG assumiu uma posição de grande relevância no Estado, com mais de 20 mil estudantes, mais de 100

curso de graduação e presença em 16 municípios de Minas Gerais, contando ainda com polos de ensino a distância em 13 cidades mineiras.

1.2. A Unidade Acadêmica de Divinópolis

A Unidade Acadêmica de Divinópolis da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, tem sua história vinculada à da Fundação Educacional de Divinópolis - FUNEDI, que foi criada pelo Governo do Estado de Minas Gerais através da Lei nº 3.503 de 04.11.1965 sob a denominação de Fundação Faculdade de Filosofia e Letras de Divinópolis - FAFID e em 1977, passou a denominar Fundação Educacional de Divinópolis - FUNEDI.

A FUNEDI, enquanto mantenedora de instituições de ensino superior, teve por objetivo principal, desde o início de seu funcionamento, manter e desenvolver, de conformidade com a legislação federal e estadual pertinente, estabelecimento integrado de ensino e pesquisa, de nível superior, destinado a proporcionar, a esse nível, formação acadêmica e profissional.

Em relação às instituições de ensino superior que eram mantidas pela FUNEDI, o Instituto de Ensino Superior e Pesquisa - INESP - é a mais antiga, e sua história confunde-se com a da própria Fundação. Sua origem remonta a 1964 sob o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Divinópolis - FAFID, cujas atividades letivas tiveram início no primeiro semestre de 1965, com os cursos de Ciências Sociais, Filosofia, Letras e Pedagogia. Em 1973, a FAFID, reestruturada, passou a denominar-se Instituto de Ensino Superior e Pesquisa - INESP.

A partir de 2001, a criação do Instituto Superior de Educação de Divinópolis - ISED - determinou uma profunda mudança na estrutura do INESP, que transferiu à unidade recém-criada a responsabilidade pelos cursos de licenciatura, ficando com os cursos de bacharelado. Além do ISED, outras instituições de ensino superior foram criadas e mantidas pela FUNEDI: a Faculdade de Ciências Gerenciais - FACIG e o Instituto Superior de Educação de Cláudio - ISEC, no município de Cláudio/MG; o Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de Abaeté - ISAB e o Instituto Superior de Educação do Alto São Francisco - ISAF, no município de Abaeté/MG e o Instituto Superior de Ciências Agrárias - ISAP, no município de Pitangui/MG.

A história da UEMG e da FUNEDI inicia em 1989, quando a Assembleia Geral da Fundação Educacional de Divinópolis - FUNEDI, com base no disposto no parágrafo primeiro do Art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989, optou por pertencer à Universidade e constituiu-se, por força do decreto governamental 40.359 de 28/04/99, que trata do

credenciamento da Universidade, como Campus Fundacional agregado à UEMG, passando à condição de associada, a partir de 2005, nos termos do art. 129 do referido Ato.

Em 27 de julho de 2013 foi assinada a Lei nº 20.807, que dispôs sobre os procedimentos para que a absorção das fundações educacionais de ensino superiores associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais se efetivasse.

Em 3 de abril de 2014 foi assinado o Decreto nº 46.477, de 3 de abril de 2014, que regulamentou a absorção da Fundação Educacional de Divinópolis a partir de 03 de setembro de 2014. Assim, a partir desta data, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Fundação Educacional de Divinópolis foram transferidas à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, garantindo aos alunos da graduação o ensino público e gratuito.

1.3. Realidade Regional

O município de Divinópolis encontra-se na região Centro-Oeste de Minas Gerais e possui uma área de 716 km², equivalente a 0,12% da área do Estado, com uma área urbana de 192 km² de extensão territorial. O Centro-Oeste de Minas é uma das regiões mais ricas e que mais crescem no Estado, sendo que as principais indústrias ali instaladas se relacionam aos setores de fabricação de ferro gusa, roupas e calçados, além do cultivo de grãos e da pecuária.

Embora a descrição de nossa região como Centro-Oeste de Minas Gerais, ainda seja amplamente utilizada, cabe ressaltar que desde 2017 existe uma nova regionalização segundo o IBGE, estando Divinópolis inserida na Região Imediata de Divinópolis (antiga microrregião) e na Região Intermediária de Divinópolis (antiga mesorregião). A localização dos municípios que fazem parte da Região Intermediária de Divinópolis é representada na Figura 2.

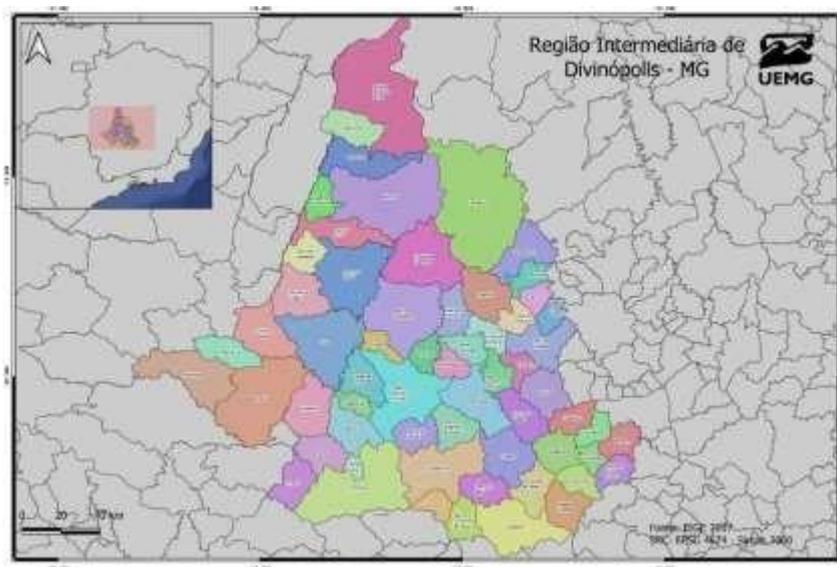


Figura 2. Região Intermediária de Divinópolis segundo o IBGE (2017)

A região está localizada em um ponto privilegiado do estado de Minas Gerais, pois, além de estar entre as principais represas do estado, Lago de Furnas e Represa de Três Marias, tendo como pontais as cidades de Formiga e Martinho Campos respectivamente, localiza-se em sua circunscrição a Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas, onde tem a nascente histórica do Rio São Francisco, onde sua nascente geográfica também está na região, em Medeiros. Está inserida nos Biomas de Mata Atlântica e Cerrada. Sua vegetação é composta por Formações Pioneiras, Savanas, Vegetação de Contato e Florestas Estacionais Decidual e Semidecidual. Os Biomas e a Vegetação presente na Região Intermediária de Divinópolis são representados pela Figura 2 e pela Figura 3, respectivamente.

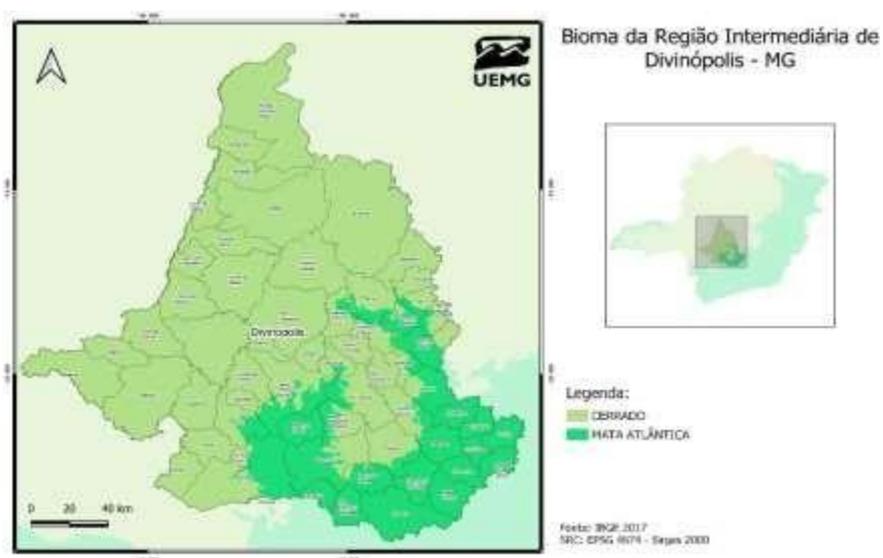


Figura 3. Biomas da Região Intermediária de Divinópolis, segundo o IBGE (2017)

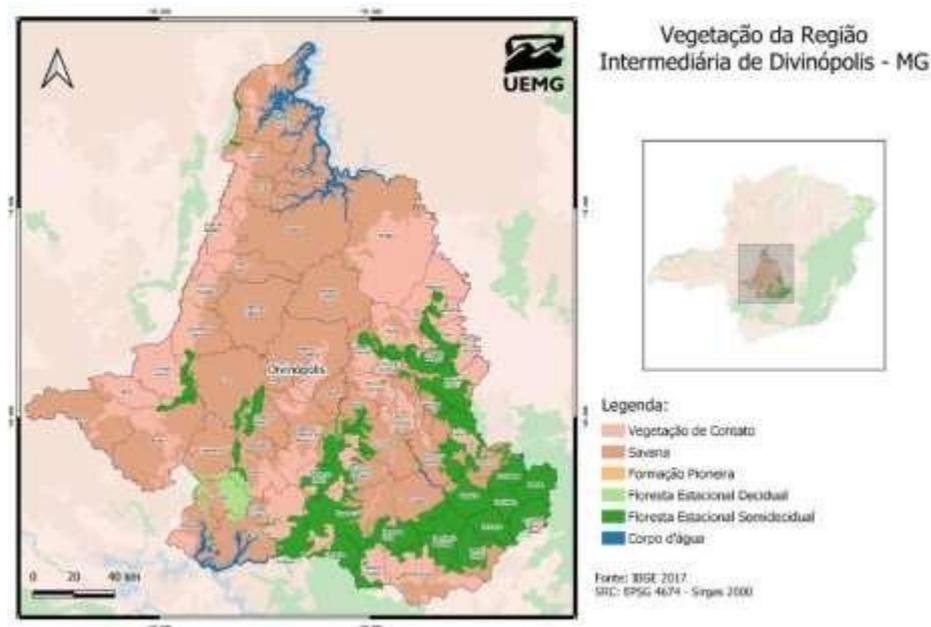


Figura 4. Vegetação da Região Intermediária de Divinópolis, segundo o IBGE (2017)

Divinópolis, Nova Serrana, Itaúna, Oliveira, Formiga e Bom Despacho são as principais cidades da Região Intermediária de Divinópolis (antiga mesorregião). Divinópolis, portanto, constitui-se na atualidade como Polo e a maior cidade da Mesorregião, sendo conhecida como “Princesinha do Oeste”. Está localizado próxima à região metropolitana de Belo Horizonte e distante a cerca de 120 quilômetros da capital do estado. Limita-se ao norte com Nova Serrana, ao noroeste com Perdigoão, a oeste com Santo Antônio do Monte, a sudoeste com São Sebastião do Oeste, ao sul com Cláudio e a Leste com Carmo do Cajuru e São Gonçalo do Pará (Figura 2), sendo cortada pelos rios Itapecerica e Rio Pará.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população em julho de 2020 era de 240.408 habitantes, sendo o mais populoso município da Mesorregião do Oeste de Minas e o 12º mais populoso do estado de Minas Gerais, ocupando uma área de pouco mais de 708 quilômetro quadrados. Segundo estimativa da população realizado no ano de 2020 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Divinópolis ocupa a 12ª posição do total de 853 cidades, no ranking das cidades mais populosas do estado de Minas Gerais, estando à frente de cidades como Poços de Caldas, Varginha, Barbacena, Ituiutaba, Araguari e Pouso Alegre.

É a 21ª cidade com melhor IDH - índice de Desenvolvimento Humano do Estado, sendo também considerada, por estudo da Fundação João Pinheiro, como uma das dez melhores de Minas para investimentos e, conforme publicado pela revista Exame, entre as cem melhores do país.

Divinópolis é uma cidade ímpar no cenário econômico mineiro, sendo destaque no setor de vestuário e siderúrgico/metalúrgico, além de possuir estratégico papel na logística da região.

Segundo a prefeitura, o município recebeu nota 5,32 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, ficando entre as 64 mais bem classificadas do Brasil. Atualmente, 30% das escolas que possuem ensino fundamental avaliadas pelo IDEB em Divinópolis pertencem à rede municipal de ensino. Além de abrigar o Campus da UEMG, a cidade tem como universidades públicas o Campus Centro-Oeste Dona Lindu da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

2. APRESENTAÇÃO DO CURSO

2.1 Histórico

A oferta do Curso de Serviço na então Fundação Educacional de Divinópolis- FUNEDI/UEMG, no ano de 2005, ocorreu num momento onde a descentralização, entendida como municipalização da Política Nacional da Assistência Social. Isto levou os municípios a criar as condições necessárias para operacionalizar o Sistema Único da Assistência Social - SUAS, para enfrentar as desigualdades sociais manifestadas nas expressões das questões sociais, que se apresentavam em um contexto de velozes e intensas mudanças políticas, econômicas, culturais e ambientais. Para responder aos desafios colocados, o curso foi criado com base nas especificidades regionais e institucionais para responder a tais desafios.

O curso foi constituído em consonância com as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e planejado a partir dos eixos ensino, pesquisa e extensão.

O Curso de Serviço Social foi autorizado a funcionar pelo Decreto Estadual de 21 de fevereiro de 2005 e seu Projeto Pedagógico autorizado no ato de sua criação foi colocado em prática com o ingresso da primeira turma e reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, Portaria 403, expedida em 22/07/2014.

Em 2006, o colegiado de curso solicitou ao Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais - CEE/MG, autorização para realizar a primeira alteração de sua estrutura curricular. Foi mantida na mesma concepção, objetivos e perfil profissional a ser formado, ampliando a carga horária das disciplinas e introduzindo novas disciplinas. Essa alteração curricular está autorizada pelo Parecer CEE/MG n. 99/07, de 31/01/2007.

Em 2013, o Núcleo Docente Estruturante - NDE e a coordenação do curso realizou um segundo ajuste na matriz curricular em plena consonância com os critérios do MEC e com as diretrizes curriculares da ABEPSS, obedecendo criteriosamente a carga horária mínima para integralização do curso. Os eixos em que se fundamentam a proposta de formação profissional construída coletiva e historicamente pelas representações da categoria.

Com Estadualização da Universidade, que se deu em abril de 2014, novas mudanças no Projeto pedagógico se fizeram necessárias e, em 2016, atendendo orientações da UEMG, o curso passou por ajuste curricular, estabelecendo o sistema de créditos, bem como introduzindo disciplinas

eletivas para que, com as disciplinas optativas possibilitassem aos discentes maiores flexibilidades na formação acadêmica.

Em 2021, num esforço conjunto de toda a comunidade acadêmica foi iniciada a reformulação dos Projetos Pedagógicos de todos os cursos da Unidade. É neste contexto que Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social ora apresentado, é resultado de estudos e de inúmeras reflexões e discussões junto aos docentes e discentes do curso da Unidade de Divinópolis e ainda de assistentes sociais que atuam nas diversas políticas públicas na região do Centro Oeste mineiro.

A Comissão de reformulação do Projeto Pedagógico - PPC promoveu reuniões de planejamento realizando o estudo do material já produzido, além de criar grupos de trabalho para reformulação do referido Projeto em consonância com as diretrizes curriculares da ABEPSS.

Em diversos momentos do processo de construção da reformulação do Projeto, a comissão de elaboração se reuniu juntamente com todo o corpo docente do curso assim como com técnicos de apoio, além de realizar análise e discussão de propostas pedagógicas de diferentes cursos de graduação, bem como consultas técnicas, no intuito de assegurar as condições objetivas para implantação do novo Projeto Pedagógico.

2.2 Concepções, Finalidades e Objetivos do Curso.

O curso de Serviço Social da UEMG Divinópolis tem a finalidade de propiciar conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para a formação de profissionais na área de Serviço Social aptos a desempenharem as atribuições previstas pela Lei Nº 8.662/93 que regulamenta a profissão, e que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social, bem como com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Constituições Federal e Estadual.

Em consonância com as recomendações das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, formuladas pela comissão de especialistas de ensino em Serviço Social designada pela secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, o presente Projeto Político Pedagógico alicerça-se nos seguintes princípios:

- Flexibilidade do currículo, que procura integrar as disciplinas com outras modalidades de abordagem acadêmica, tais como oficinas, seminários temáticos, estágios curriculares e atividades complementares;

- Centralidade na formação teórica, histórica e metodológica, de modo a garantir a formação de um assistente social capaz de compreender os problemas e os desafios da realidade com os quais se defronta e sobre os quais é demandado a intervir;
- Ênfase na dimensão investigativa e interpretativa do real, como condição fundamental do profissional ser capaz de estabelecer, de forma competente e profícua, relações entre a teoria e a prática;
- Interdisciplinaridade e pluralidade teórica e metodológica como elementos centrais no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional nas atividades de estágio;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação acadêmica/ profissional.

O curso é constituído de disciplinas cujos conteúdos conduzem à investigação e à compreensão da realidade social com as expressões da questão social, que perpassa todas as camadas sociais, gerando novas relações sociais, novas demandas e necessidades. A compreensão destas relações permeia todo o processo da formação: o que fazer? Como fazer? Por que fazer?

Desta forma, teoria, método e história não se constituem em eixos curriculares ou em disciplinas, mas em um eixo para a formação profissional que tem como pressuposto a compreensão do movimento histórico e concreto da realidade e os aspectos focais dela, os quais constituem em objetos de intervenção profissional. Neste sentido o curso visa:

- Na dimensão **teórico-metodológica** - socializar e construir conhecimento científico fundamentado nas Ciências Sociais, destinada a subsidiar a compreensão da realidade social.
- Na dimensão **ético-política** - fomentar uma formação ética e humanista que permita aos futuros assistentes sociais orientarem suas ações pelo Código de Ética Profissional.
- Na dimensão **técnico-operativa** - viabilizar a aquisição de um conjunto de habilidades e competências técnicas utilizadas para o desempenho pleno de suas funções profissionais.

A partir destas dimensões são objetivos do curso de graduação em Serviço Social:

Objetivo Geral:

- Formar Bacharéis em Serviço Social, em nível de graduação, para trabalhar no enfrentamento das expressões da questão social, que, de forma geral, revelam-se nas desigualdades sociais e econômicas nos âmbitos locais, regionais e nacional, além de profissionais capacitados para a produção de pesquisa sobre a realidade social e para a elaboração, implementação, execução e

avaliação de políticas sociais, planos, programas ou projetos junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas, entidades e organizações populares.

Objetivos Específicos:

- Propiciar o conhecimento crítico da realidade através de fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social;
- Contribuir na apreensão da práxis profissional de acordo com o projeto ético-político e dos instrumentos normativos do Serviço Social;
- Fomentar pesquisa e extensão considerando trabalhos técnicos e científicos multi, inter e transdisciplinares;
- Contribuir para com o desenvolvimento de políticas sociais regionais e local, considerando os diversos e distintos espaços sócios ocupacionais, no enfrentamento à desigualdade social;
- Promover a interlocução da academia com a sociedade, na perspectiva da construção de bens e sentidos coletivos.

2.3 Perfil do bacharel em Serviço Social

- Profissional com capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para fazer uma leitura crítica da realidade social, bem como reconhecer cientificamente as expressões da questão social e suas particularidades locorregionais, de modo a atuar no seu enfrentamento, formulando e implementando propostas de intervenção por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais;
- Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho;
- Profissional com postura investigativa que o possibilite boa capacidade de análise da realidade social, bem como escolha adequada de estratégias e de instrumentais técnicos que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social.
- Profissional propositivo e propenso à negociação crítico-reflexivo com seus empregadores sobre a elaboração/execução de projetos, defendendo seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais.
- Profissional comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social.

2.4 Competências e Habilidades

A formação profissional oferecida pelo curso de Serviço Social da UEMG Divinópolis busca viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas ao enfrentamento das expressões da questão social contemporâneas, no que tange as novas demandas e práticas emergentes no cenário locorregional com suas particularidades. Para tanto, busca-se o desenvolvimento de competências e habilidades tanto gerais, quanto específicas. Sendo elas:

Gerais

- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formulação de respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, com ênfase nas particularidades de suas expressões locorregionais;
- Apreensão e utilização crítica dos recursos da informática e das tecnologias da informação e comunicação;
- Domínio do exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor;
- Apreensão crítica do processo histórico como totalidade.

Específicas

- Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares, bem como planos programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, como também a movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

- Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; ·
- Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; ·
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; ·
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

2.5 Identificação das demandas profissionais e sociais que o curso busca atender

A ampliação do mercado de trabalho para o assistente social se deu a partir da Constituição Federal de 1988 e as respectivas Leis criadas a partir de 1990 nos setores das Políticas Públicas: a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742/93); o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90); o SUS - Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/90); o SUAS - Sistema Único da Assistência Social e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). A normatização da categoria abre novas frentes de trabalho para o exercício profissional na área da Seguridade Social pelo tripé: saúde, previdência social e assistência social. Outra questão importante a ser destacada é a possibilidade de participação da sociedade civil na formulação, gestão e controle das políticas sociais, através dos Conselhos, em diferentes instâncias do poder, que tratam dos Direitos (Criança e Adolescentes, Idosos, Pessoas com Deficiência, Saúde, Assistência Social), marcando um espaço significativo da intervenção profissional do assistente social. Este alargamento do espaço profissional avança não somente na esfera executiva, mas, também, em diferentes formas de atuação profissional como: formulação, gestão e avaliação de políticas sociais no âmbito do poder local; pesquisa, planejamento, assessoria/consultoria, treinamento, gerenciamento de recursos e projetos. Crescem os trabalhos de parcerias interinstitucionais e em equipes multiprofissionais, tanto no setor público como no privado.

É certo, também, que a minimização do papel do Estado, em consonância com a política neoliberal, vem modificando as condições de trabalho do assistente social, diminuindo os espaços estatais de atuação e ampliando as opções no chamado 3º setor. Outra dimensão da prática profissional do Assistente Social posta pelas transformações operadas no mundo do trabalho, em decorrência das inovações tecnológicas, comerciais e organizacionais, nos marcos da globalização da produção e dos mercados, de modo a responder aos padrões de produtividade e qualidade

estabelecida pela competição internacional. Tais transformações afetam o espaço sócio ocupacional do Serviço Social, tais como: terceirização, gerenciamento participativo, etc., que requerem distintas respostas do Serviço Social. A ampliação e a diversificação do mercado de trabalho do assistente social levam à ocupação de espaços em instituições de natureza diferenciadas, públicas e privadas e também do 3º setor. Cada vez mais, o exercício de atividades se diversifica solicitando qualificações e respostas eficazes às necessidades múltiplas das demandas sociais. Os novos paradigmas das políticas sociais em geral e, da de assistência social em particular centrado na ótica do direito, da universalização, da descentralização, do controle social, da participação popular, da proteção social, remetem ao desafio de traduzi-los em políticas sociais que contemplem a concretude de ações, atividades e serviços sociais básicos que transformem qualitativamente a vida cotidiana da demanda. Na atual conjuntura nacional e internacional excludente, desfavorável a uma sociedade de bem estar social, onde o acesso a bens e serviços sociais não estão ao alcance de toda a prioridade pela assistência social como política pública de proteção social, de caráter universalista e inclusivo, faz o profissional, assistente social, ganhar importância no processo de transformação social.

Neste contexto o município de Divinópolis/MG, bem como as cidades do seu entorno geográfico, não difere da atual conjuntura socioeconômica do restante do país. Nestes termos, Divinópolis e região constituem-se em locais de manifestação de diversas expressões da questão social geradas pelas transformações no mundo do trabalho; o significativo índice de desemprego no Estado de Minas Gerais, leva à expansão do mercado informal, à terceirização, à precarização, à flexibilização e intensificação do trabalho, o que traz sérios prejuízos para a classe que vive do trabalho.

Neste contexto, a oferta do Curso de Serviço Social contribuiu na formulação de propostas estratégicas no sentido de enfrentar as expressões da questão social, através da participação de profissionais da área em projetos sociais de entidades públicas ou privadas, nas seguintes áreas: assistência social - Secretaria Municipal de Assistência Social; entidades assistenciais, órgãos públicos e privados; Secretaria Municipal de Saúde - hospitais, ambulatórios e policlínicas; educação - Secretaria Municipal de Educação - escolas e projetos culturais; judiciário - Fórum; e outros - empresas privadas, bem como organizações do terceiro setor.

3. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O ensino, a pesquisa e a extensão são os pilares que sustentam a atividade universitária e, não apenas ocorrerem na UEMG e no curso de Serviço Social de forma sólida, como precisam também

estarem articulados. A pesquisa, considerada um processo sistemático para a construção do conhecimento humano gerando novos conhecimentos, desenvolve, colabora, reproduz, refuta, amplia, detalha e atualiza o conhecimento, servindo basicamente tanto para o indivíduo ou grupo de indivíduos que a realiza quanto para a sociedade na qual se desenvolve.

A primícia elementar da pesquisa científica é que esta gera como produto novos conhecimentos e tecnologias que são difundidos para a sociedade através do ensino e da extensão das atividades acadêmicas, fomentados e incentivados como forma de retroalimentação do sistema educacional.

Sobre esse aspecto, considerando o tripé estruturador da Universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão) e também o que prevê a Resolução CEE/MG 482 de 08 de julho de 2021, é importante ressaltar que o Curso de Serviço Social registra uma intensa articulação destes eixos estruturadores. Do ponto de vista da pesquisa, os docentes do curso desenvolvem projetos, muitos financiados pelos editais da Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) ou do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da UEMG (PAPq/UEMG). Esses projetos geram publicações e participações em eventos científicos. A pesquisa também é privilegiada na própria estrutura curricular do Curso, que prevê as disciplinas de Metodologia Científica, Pesquisa em Serviço Social I e Pesquisa em Serviço Social II e Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II). No caso da disciplina de Metodologia Científica, por suas características de conteúdo mais geral e conceitual, ela é ministrada em turmas cheias por um único professor. Já as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II, são compostas por grupos de no máximo 08 (oito) alunos em função da necessidade de um acompanhamento mais personalizado na construção do projeto de pesquisa, o qual será executado nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Finalmente, as disciplinas de TCC I e TCC II, onde o aluno executará a pesquisa, escreverá o artigo científico e fará a defesa pública de seu trabalho comportam orientação individual ou em dupla para cada professor- orientador de Trabalho de Conclusão de Curso.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão no curso de Serviço Social devem ocorrer de forma integrada e com a participação do corpo docente e discente, enfatizando sempre a interdisciplinaridade. Esta integração tem como orientação básica os núcleos estruturantes da formação profissional: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

E a extensão universitária institucional, por sua vez, busca extrapolar a compreensão

tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais). Para a Resolução CEE 490 de 26/04/2022 a Extensão, na Educação Superior brasileira, é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa envolvendo aspectos políticos, educacionais, científicos e tecnológicos. Nestes termos, trata-se de um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A relação entre a universidade e a sociedade deve ser estabelecida por meio de uma atuação impactante e transformadora, sobretudo direcionada aos interesses e necessidades da população e colaborativa para uma mudança social efetiva. Esta relação deve ser dialógica e baseada na troca de saberes entre os envolvidos, superando a ideia da universidade como detentora de todo conhecimento. Nessa medida, as atividades de extensão não se limitam a estender os saberes produzidos pela IES para a comunidade e sim, a produção de saberes na relação da universidade com a sociedade.

Conforme Resolução CEE nº 490 de 26 de abril de 2022 que estabelece as Diretrizes e os princípios estruturantes da Extensão Universitária, deve-se incluir no currículo do curso, atividades de extensão com, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. Esta Resolução considera como ações de extensão as intervenções, realizadas, dentre outros, pelos estudantes e professores. Dentre as diversas ações de Extensão, a Resolução 490 destaca:

I - Programas - o conjunto de projetos e/ou de outras atividades de extensão vinculadas, de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e voltado a objetivos comuns, direcionado às questões relevantes da sociedade.

II - Projetos - o conjunto de atividades de caráter educativo, cultural, artístico, científico e tecnológico, que envolva docentes, pesquisadores, discentes (bolsistas ou voluntários) e servidores técnico-administrativos, desenvolvidos junto à comunidade, mediante ações processuais contínuas.

III - Cursos e oficinas - aqueles que, ofertados à comunidade, objetivem a socialização do conhecimento acadêmico, potencializando o processo de interação Universidade-Sociedade, por meio da execução de calendário próprio e de conteúdo, com carga horária de, no mínimo, 08 (oito) horas de duração.

IV - Eventos - atividade realizada, no cumprimento de programações específicas, oferecida com o propósito de produzir, sistematizar e divulgar conhecimentos, tecnologias e bens culturais, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com a finalidade visada e a devida aprovação. Os eventos de extensão podem ser realizados sob a forma de mostras, encontros,

simpósios, oficinas, congressos, jornadas, conferências, seminários, fóruns, debates, reuniões técnicas, concertos, festivais, manifestações artísticas e culturais, espetáculos, ateliês, exposições e similares, dirigidos a públicos específicos.

V - Prestação de serviços - as atividades de caráter colaborativo, de estudos e de emissão de pareceres ou de laudos realizado sob encomenda ou executadas por iniciativa, podendo ser remuneradas ou não, porção terceiros. Destaca-se que a prestação de serviços será considerada para cômputo da carga horária de atividades da extensão, desde que essa esteja integrada a um projeto ou a um programa de extensão.

VI - Publicações - as atividades de extensão realizadas visando à difusão e à divulgação cultural, artística, científica e tecnológica.

As ações de Extensão independente de sua modalidade, programa, projeto, curso, evento ou prestação de serviço deverá ser acompanhada e orientada por um docente responsável e um ou mais estudantes. Sendo permitido ao estudante/estagiário ou bolsista participar em duas modalidades nas atividades de extensão, a saber:

- a. PASSIVA: como ouvintes, cursante, plateia, expectador.
- b. ATIVA: participa da elaboração, execução e prestação de contas da atividade.

Apenas a Participação ATIVA em Atividades de Extensão é considerada validas como Atividades de Extensão Curricular. A participação PASSIVA pode ser considerada como Atividade Complementar apenas.

As Atividades de Extensão estão previstas neste PPC com a carga horária de 324 (trezentas e vinte e quatro) horas-aulas e seguem o regulamento das atividades complementares e das atividades de extensão curricular, sob orientação de professores do curso.

Os documentos que comprovarão as atividades extensionistas realizadas fora das disciplinas curriculares deverão ser entregues para a Coordenação do Curso, que deverá encaminhar à Secretária de Registro Acadêmico para registro no histórico escolar do estudante.

As ações extensionistas desenvolvidas visam atingir os seguintes resultados e impactos na formação do estudante:

- proporcionar a comunicação entre a sociedade acadêmica e a sociedade externa.
- mobilizar docentes, discentes, colaboradores e comunidade sobre questões educacionais, tecnológicas, sociopolíticas, culturais e ambientais.
- elaborar e Implantar Gestão de Programas e Projetos que contribua para o desenvolvimento Cultural, Social e Tecnológico.

- ofertar cursos aos graduandos como oportunidade de complementação do conhecimento acadêmico.
- possibilitar o acesso a conhecimentos científicos, práticos e de informações gerais, fazendo o intercâmbio entre a comunidade acadêmica e a sociedade.
- incentivar e apoiar o corpo docente e discente na publicação e divulgação de suas produções científicas.

As normas complementares e a discriminação do funcionamento das Atividades de Extensão constam no APÊNDICE D - Regulamento das Atividades de Extensão Curricular e serão descritas em Norma Específica Interna aprovada pelo colegiado do curso.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA E COMPOSIÇÃO CURRICULAR

4.1 Estrutura, Conteúdo e Organização Curricular

A organização curricular do curso de Serviço Social da UEMG/Divinópolis, considerando-se a heterogeneidade do conhecimento e do interesse dos seus alunos, bem como a flexibilização curricular preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional objetiva oferecer ao seu corpo discente um espaço privilegiado para a discussão do papel do profissional de Serviço Social na sociedade contemporânea. Assim, buscamos possibilitar ao estudante a composição de sua própria formação profissional.

Nestes termos, além das disciplinas previstas na grade curricular propõe-se o aproveitamento, em termos de créditos, de atividades extracurriculares realizadas pelo estudante no decorrer da realização do Curso. Atualmente no Curso de Serviço Social os estudantes tem participação ativa em diversos espaços como a Liga Acadêmica de Oncologia; o Programa de Monitoria ao estudante, grupos de estudos, Centro e Diretório Acadêmico, tendo assento em Comissões, como a Comissão de Heteroidentificação Local e de Inclusão na unidade. Assim, a flexibilização curricular denomina um conjunto de atividades acadêmicas que têm como objetivo incluir na organização didática pedagógica e nos conteúdos curriculares do Curso espaços que favoreçam a articulação da teoria com a prática profissional, da pesquisa com a intervenção, permitindo a inclusão de temáticas emergentes de interesse da sociedade, da profissão e do estudante. Baseia-se em dois princípios:

- No reconhecimento de que o estudante, sujeito de sua formação, é capaz de construir sua trajetória acadêmica de acordo com seus interesses e disponibilidades;

- Na necessidade de uma constante adequação do currículo às aceleradas mudanças das demandas sociais e dos avanços do conhecimento sobre a vida em sociedade e as manifestações da questão social, objeto de atuação do Serviço Social.

Diante do exposto, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UEMG/Divinópolis prevê o desenvolvimento de algumas atividades e disciplinas específicas que buscam integrar o ensino das disciplinas presentes na estrutura curricular com outros componentes curriculares, tais como: projetos de extensão, projetos de pesquisa, estágio, atividades complementares e até mesmo o trabalho de conclusão de curso.

Os conteúdos e a organização curricular do curso de Serviço Social sustentam-se num conjunto de conhecimentos e habilidades teóricos e práticos, concretizados em atividades acadêmicas diversificadas - disciplinas, projetos de extensão e de pesquisa, estágios supervisionados, cujos conteúdos estruturam-se em torno de três núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam: 1) **Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social**; 2) **Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira**; 3) **Núcleo de fundamentos do trabalho profissional**

O conjunto das disciplinas e oficinas do currículo é agrupado nos três núcleos anteriormente mencionados, de acordo com a afinidade de seus conteúdos. Deste modo, temos a seguinte distribuição:

4.2 Conteúdos curriculares obrigatórios (OBR)

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social: compreende um conjunto de fundamentos teóricos metodológicos e ético-político para conhecer o ser social, enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório.

Núcleo Fundamentos Teóricos Metodológicos da Vida Social		
Disciplinas	Período	Carga Horária
Filosofia e Serviço Social	1º	60
Sociologia	1º	60
Economia Política	2º	60
Antropologia	2º	75
Questão Social e Capitalismo	2º	75
Ciência Política	3º	60
Estado, Classe e Movimentos Sociais	3º	75
Política Social e Serviço Social I	4º	60

Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social	4º	60
Direito Social, Direitos Humanos e Legislação Social	4º	75

Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: atividades relacionadas ao campo de saber que permitem a compreensão da constituição econômica, social e política e cultural da sociedade brasileira, tendo por eixo a constituição do modo capitalista no Brasil, a conformação do Estado Brasileiro, a formação e dinâmica das classes sociais no Brasil e o significado e o caráter contraditório do Serviço Social.

Núcleo Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira		
Disciplinas	Período	Carga Horária
Formação sócio-histórica do Brasil	1º	60
Questão Social e realidade brasileira	3º	75
Questão étnico-racial no Brasil	3º	75
Política Social e Serviço Social II	5º	60
Política de Seguridade Social: Previdência Social	5º	75
Política de Seguridade Social: Saúde	6º	75
Política de Seguridade Social: Assistência Social	7º	75
Política de Educação e Serviço Social	7º	60
Serviço Social e as Questões de Gênero no Brasil	8º	75
Família e Serviço Social	7º	75

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional: compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho; sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e estágio supervisionado.

Núcleo Fundamentos do Trabalho Profissional		
Disciplinas	Período	Carga Horária
Leitura e produção de texto	1º	60
Metodologia Científica	2º	75
Introdução ao Serviço Social	1º	75
Fundamentos Históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social I	2º	60
Fundamentos Históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social II	3º	60
Fundamentos Históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social III	4º	60
Ética e Serviço Social	4º	75
Ética Profissional em Serviço Social	8º	75
Estratégia de ação profissional I	5º	75
Estratégia de ação profissional II	6º	75
Estratégia de ação profissional III	7º	60
Supervisão Acadêmica de Estágio I	5º	45
Supervisão Acadêmica de Estágio II	6º	45

Supervisão Acadêmica de Estágio III	7º	45
Estágio Supervisionado de Campo I	5º	105
Estágio Supervisionado de Campo II	6º	105
Estágio Supervisionado de Campo III	7º	105
Pesquisa em Serviço Social I	5º	60
Pesquisa em Serviço Social II	6º	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	7º	30
Trabalho de Conclusão de Curso II	8º	30
Serviço Social, Meio Ambiente, Questão Urbana e Rural	8º	75

4.3 Disciplinas Optativas e Eletivas

Além das disciplinas dos núcleos acima, o curso contempla ainda carga horária para disciplinas optativas e eletivas.

A disciplina optativa, que permitem aos estudantes realizarem uma preparação diferenciada de acordo com o interesse de um dado grupo de estudantes, está alocada, no currículo do curso no 6º período, com a carga horária total de 60 (sessenta) horas, que correspondem a 04 (quatro) créditos.

Para fins de enriquecimento cultural e/ou atualização de conhecimentos que complementem a formação acadêmica, o aluno deve cursar disciplina eletiva, correspondente a um total de 45 horas, que correspondem a um total de 03 (três) créditos, em qualquer outro curso de graduação, desde que não estejam contempladas no currículo do curso.

Embora a carga horária das optativas esteja alocada em determinados períodos, o aluno poderá cursá-las a qualquer momento, desde que haja disponibilidade de vagas e dentro do limite de créditos para matrícula, conforme disposto na Resolução COEPE/UEMG Nº 132, de 13 de dezembro de 2013. Da mesma forma, as eletivas podem ser cursadas a qualquer momento, dentro do prazo de integralização do curso.

4.4 Disciplina com carga horária à distância

A oferta de disciplinas da matriz curricular do curso poderá utilizar a modalidade de carga horária à distância com base na Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, ofertando o limite de até 40% da carga horária total do curso, através do uso de Ambiente de Virtual de Aprendizagem - AVA oficial da UEMG, o Moodle, através da interação entre professores e alunos envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Destaca-se que buscando garantir a qualidade do ensino e a efetividade da aprendizagem, as disciplinas ofertadas nesta modalidade serão cuidadosamente propostas e planejadas pelo corpo docente e submetidas ao crivo avaliativo do Colegiado de Curso do Serviço Social. Somente após a aprovação do Colegiado de Curso, as disciplinas poderão ser implementadas.

4.5 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Serviço Social da UEMG - Unidade Divinópolis é constituído por atividades teórico práticas realizadas pelo aluno através da sua inserção nos diversos espaços institucionais de atuação profissional, sob supervisão direta de profissionais assistentes sociais em campo e dos professores assistentes sociais do curso através da disciplina de supervisão acadêmica de estágio.

O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se como atividade obrigatória para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno para o exercício profissional. É considerado um momento privilegiado da formação profissional, por possibilitar a observação e a vivência das manifestações da questão social e as diferentes possibilidades de enfrentamento nos espaços de atuação profissional dos assistentes sociais, bem como o compartilhamento destas experiências a partir da relação entre teoria e prática na supervisão acadêmica de estágio.

O Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social segue as normas da UEMG, deste Regulamento, das orientações e das legislações vigentes que regem a categoria, a saber: a Lei de nº 11.788/2008, a Lei nº 8.662/1993, o Código de Ética do Profissional, de 1993, a Resolução nº 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social, das Diretrizes Curriculares da ABEPSS - considerando o Parecer CNE/CES nº. 492/2001, na Resolução CNE/CES 15/2002 e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, de 2009.

O Estágio Curricular Supervisionado é coordenado pelo Subcoordenador do Colegiado de Curso, professor e profissional assistente social.

Subcoordenador do curso responsável pela organização geral do estágio contará com carga horária específica para essa tarefa.

Subcoordenador do curso responsável pela organização geral do estágio realizará a articulação entre a Universidade e os espaços de atuação profissional para a abertura de vagas de estágio. No início de cada semestre o Coordenador de Estágio informa aos alunos e supervisores acadêmicos de estágio as vagas disponíveis, e se encarrega de possibilitar o contato entre o aluno e o supervisor de campo.

O Núcleo de Estágio orienta e fornece aos alunos os formulários para a assinatura do Termo de Compromisso de estágio e toda a documentação necessária. O aluno só poderá iniciar as atividades em campo de estágio após toda a documentação assinada e a autorização do Coordenador de Estágio.

A inserção do aluno em campo de estágio deverá acontecer, obrigatoriamente, em concomitância à matrícula na disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio I, II ou III.

Os professores supervisores acadêmicos procederão a divisão das turmas em grupos de no máximo 10 (dez) alunos orientados sob supervisão de cada professor das disciplinas de Supervisão Acadêmica de Estágio I, II ou III.

Os critérios para abertura de campos de estágio bem como as atribuições específicas do Coordenador de Estágio, supervisor acadêmico, supervisor de campo e Núcleo de Estágio estão descritas no APÊNDICE A - Regulamento de Estágio Supervisionado deste Projeto Pedagógico de Curso.

O Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social tem carga horária de 315 (trezentas e quinze) horas em campo, correspondentes a 21 (vinte e um) créditos. Inicia-se no 5º período do curso com a inserção do aluno no campo de estágio e a matrícula nas disciplinas de Supervisão Acadêmica de Estágio I, II ou III, com a carga horária de 45 horas semestrais, respectivamente, com total de 135 horas, correspondentes a 9 (nove) créditos.

4.6 Atividades Complementares de Graduação

O curso de Serviço Social apresenta em sua matriz curricular a obrigatoriedade de desenvolvimento de 75 (setenta e cinco) horas de atividades complementares, um total de 05 (cinco) créditos, que contemple o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

A participação dos alunos nas atividades realizadas pela universidade ou fora dela são incentivadas pelos professores, pela coordenação do curso e pelos órgãos de representação da categoria profissional como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

As atividades deverão ser realizadas durante o curso de Serviço Social e comprovadas por meio de certificados, declarações, relatórios, atestados, entre outros. O Apêndice B dispõe sobre o Regulamento de Atividades Complementares e apresenta todas as informações necessárias sobre o tema.

4.7 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O TCC está previsto na Resolução CNE/CES nº 15 de 13 de março de 2002. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional do aluno.

É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso.

Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui a produção de um artigo científico elaborado sob a orientação de um professor, podendo ser produzido individualmente ou em dupla.

O trabalho final é apresentado, publicamente, a uma banca examinadora, da qual fazem parte o professor-orientador e dois outros professores e/ou profissionais com conhecimento e experiência na temática tratada, convidados pelo aluno e pelo orientador.

O Trabalho de Conclusão de Curso terá que ser encerrado no último período de integralização do percurso formativo previsto para o aluno, sendo que o total de matrícula nesse período não poderá ser maior que 32 créditos, incluindo o TCC.

4.8 Matriz Curricular

1º PERÍODO							
Disciplinas	Carga Horária (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
	Teórica	Prática	Prática Extensionista				
Introdução ao Serviço Social	72		18	90	75	5	
Formação sócio histórica do Brasil	72			72	60	4	
Filosofia e Serviço Social	72			72	60	4	
Sociologia	72			72	60	4	
Leitura e produção de texto	72			72	60	4	
TOTAL	360		18	378	315	21	

2º PERÍODO							
Disciplinas	Carga Horária (h/a)			Carga Horária Total(h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
	Teórica	Prática	Prática Extensionista				
Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos do Serviço Social I	72			72	60	4	Introdução ao Serviço Social
Economia Política	72			72	60	4	
Questão Social e Capitalismo	72		18	90	75	5	
Antropologia	72		18	90	75	5	
Metodologia científica	72			72	60	4	
TOTAL	360		36	396	330	22	

3º PERÍODO							
Disciplinas	Carga Horária (h/a)			Carga Horária Total(h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
	Teórica	Prática	Prática Extensionista				
Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos do Serviço Social II	72			72	60	4	Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos do Serviço Social I
Questão Social e Realidade Brasileira	72		18	90	75	5	Questão Social e Capitalismo
Ciência Política	72			72	60	4	
Estado, classes e movimentos sociais	72		18	90	75	5	
Questão étnico-racial no Brasil	72		18	90	75	5	
TOTAL	360		54	414	345	23	

4º PERÍODO							
Disciplinas	Carga Horária (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
	Teórica	Prática	Prática Extens ionista				
Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos do Serviço Social III	72		18	90	75	5	Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos do Serviço Social II
Política Social e Serviço Social I	72			72	60	4	
Ética e Serviço Social	72		18	90	75	5	
Direito Social, Direitos Humanos e Legislação Social.	72		18	90	75	5	
Trabalho e Sociabilidade e Serviço Social	72			72	60	4	
TOTAL	360		54	414	345	23	

5º PERÍODO							
Disciplinas	Carga Horária (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
	Teórica	Prática	Prática Extens ionista				
Política Social e Serviço Social II	72			72	60	4	Política Social e Serviço Social I
Estratégia de ação profissional I	72		18	90	75	5	
Supervisão Acadêmica de Estagio I	54			54	45	3	
Pesquisa em Serviço Social I	72			72	60	4	
Política de Seguridade Social: Previdência Social	72		18	90	75	5	
SUB-TOTAL	342		36	378	315	21	
Estágio Supervisionado de Campo I		126		126	105	7	Correquisito: Orientação Acadêmica de Estagio I
TOTAL	342	126	36	504	420	28	

6º PERÍODO							
Disciplinas	Carga Horária (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
	Teórica	Prática	Prática Extensionista				
Estratégia de ação profissional II	72		18	90	75	5	
Supervisão Acadêmica de Estagio II	54			54	45	3	Orientação Acadêmica de Estagio I
Pesquisa em Serviço Social II	72			72	60	4	Pesquisa em Serviço Social I
Política de Seguridade Social: Saúde	72		18	90	75	5	
Optativa ¹	72			72	60	4	
SUB-TOTAL	342		36	378	315	21	
Estágio Supervisionado de Campo II		126		126	105	7	Correquisito: Orientação Acadêmica de Estagio II
TOTAL	342	126	36	504	420	28	

¹ Vide Quadro detalhado com os nomes e carga horária da lista de Disciplinas Optativas no Quadro específico com as opções.

7º PERÍODO							
Disciplinas	Carga Horária (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
	Teórica	Prática	Prática Extensionista				
Supervisão Acadêmica de Estágio III	54			54	45	3	Orientação Acadêmica de Estágio II
Trabalho de Conclusão de Curso I	36			36	30	2	Pesquisa em Serviço Social II
Política de Educação e Serviço social	72			72	60	4	
Política de Seguridade Social: Assistência Social	72		18	90	75	5	
Estratégia de ação profissional III	72			72	60	4	
Família e Serviço Social	72		18	90	75	5	
SUB-TOTAL	378		36	414	345	23	
Estágio Supervisionado de Campo III		126		126	105	7	Correquisito: Orientação Acadêmica de Estágio III
TOTAL	378	126	36	540	450	30	

8º PERÍODO							
Disciplinas	Carga Horária (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
	Teórica	Prática	Prática Extensionista				
Trabalho de Conclusão de Curso II	36			36	30	2	Trabalho de Conclusão de Curso I
Ética profissional em Serviço Social	72		18	90	75	5	Ética e Serviço Social
Serviço Social, Meio Ambiente, Questão Urbana e Rural	72		18	90	75	5	
Serviço social e as questões de Gênero no Brasil	72		18	90	75	5	
Eletiva	54			54	45	3	
SUB-TOTAL	306		54	360	300	20	
Atividades Complementares				90	75	5	
TOTAL	306		54	450	375	25	

Quadro com a lista das Disciplinas Optativas oferecidas

DISCIPLINAS OPTATIVAS							
Disciplinas	Carga Horária (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
	Teórica	Prática	Prática Extensionista				
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	72			72	60	4	
Política Social: Sistema de proteção à velhice	72			72	60	4	
Questão ambiental e Serviço Social	72			72	60	4	
Questão Social e Violência	72			72	60	4	
Saúde Mental e Serviço Social	72			72	60	4	
Sistema de Proteção social para infância e adolescência	72			72	60	4	

4.9 Ementário e Bibliografia

1º PERÍODO

INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

EMENTA:

O Serviço Social no Brasil na entrada do século XXI. O assistente social na divisão sociotécnica do trabalho. As agências e os níveis de formação profissional. Periódicos, centros de documentação, reconhecimento do Serviço Social como área de produção de conhecimentos. A organização acadêmica e profissional dos assistentes sociais. Os Conselhos regionais e federal. A ABPESS. A ENESSO. O Centro Acadêmico. Os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social e outros fóruns. Possibilidades contemporâneas do trabalho profissional, suas áreas de atuação e demandas do mercado de trabalho do Serviço Social. A

lei de regulamentação da profissão. A organização curricular e pedagógica do curso de Serviço Social da UEMG/Divinópolis.

Objetivo:

Compreender as dimensões acadêmica, normativa, organizacional e política da construção da categoria do assistente social. Conhecer a proposta de formação do curso de Serviço Social da UEMG/Divinópolis. Reconhecer a realidade profissional no Brasil, as áreas de atuação e as demandas de trabalho no Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CEFESS, **Serviço Social**: conheça e valorize esta profissão. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>

CRESS/7a. Região. **Assistente social**: ética e direitos. Rio de Janeiro, CRESS/7a. Região, 2000.

BRASIL. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe da profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ENESSO. Estatuto da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - Gestão 2019 - 2020 - <https://enessooficial.files.wordpress.com/2020/10/estatuto-revisado-2019-3.pdf>

<http://www.cfess.org.br/> - Visita ao site, textos e legislações.

<https://cress-mg.org.br/> - Visita ao site, textos e legislações.

<https://www.abepss.org.br/> - Visita ao site, textos e legislações.

Revistas, Anais de Congresso (CBAS e ENPESS) e periódicos profissionais e acadêmicos do Brasil.

FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

EMENTA:

Análise do processo histórico brasileiro em suas dimensões social, econômica e política. Trajetória histórica brasileira: a herança colonial. A modernização conservadora. A era Vargas e o processo de industrialização. Interregno democrático e governos populistas. Crise e colapso do populismo. O Golpe de 1964. Dinâmica e contradições do capitalismo no Brasil pós 1964. O papel do Estado para a

reprodução do capitalismo. Os movimentos sociais pós-1964: repressão, resistências e desdobramentos. As conjunturas econômicas e políticas internacionais e seus efeitos sobre a realidade brasileira a partir dos anos de 1970. O projeto de distensão política e os impasses da cidadania e da democracia na transição política dos anos de 1980. A ofensiva neoliberal a partir dos anos de 1990 e seus desdobramentos na realidade social, econômica e política brasileira.

Objetivo

Estimular o estudante a compreender a importância do conhecimento da realidade social, econômica e política para o Serviço Social. Oferecer uma sinopse da formação social, econômica e política do Brasil, sobretudo nos séculos XX e XXI de modo que o discente apreenda criticamente os desdobramentos dessa formação sobre a realidade brasileira,

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

VISCARDI, Cláudia M. R; ALENCAR, José Almino. **A República revisitada**: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2016.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. [7. ed., 2. reimpr.]. São Paulo: Contexto, [2018].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Corporativismo e cálculo político**. Novos Rumos, 22 (1994): p.46-61.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. (6 exs.)

Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, ©2003.

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia Brasileira: Críticas a Razão Dualista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **História da vida privada no Brasil**. 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (5 exs.)

EMENTA:

Relevância da filosofia para o Serviço Social. Tradições filosóficas que incidiram no Serviço Social: positivismo, pragmatismo, neotomismo, fenomenologia e marxismo. Introdução às filosofias africanas e suas contribuições para a análise das expressões contemporâneas da “questão social”.

Objetivo

Propiciar o conhecimento das correntes filosóficas que incidiram na constituição do Serviço Social e apresentar as tradições filosóficas africanas para as análises pertinentes ao Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.**São Paulo: Editora Ática, 1997.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Filosofias Africanas: Uma introdução.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

MARCONDES, Danilo. **Textos Básicos de Filosofia dos Pré-socráticos a Wittgenstein.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: Introdução à Filosofia.** São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

BERMAN, M. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Introdução à História da filosofia.** [S.I.] Companhia das Letras, 2002.

GILES, T. R. **História do existencialismo e da fenomenologia.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1975.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968

SOCIOLOGIA**EMENTA:**

A especificidade da perspectiva sociológica e sua relevância para o Serviço Social. A construção teórica e metodológica dos clássicos da sociologia: Durkheim, Marx e Weber e suas contribuições para

a análise das expressões contemporâneas da “questão social” na sociedade brasileira. Abordagem sociológica de temas da sociedade contemporânea: “raça/cor”, gênero e classe.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Maialice M. e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1994.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

VELHO, O.G., Palmeira, M., Bertelli, A. R. (orgs.). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

SANTOS, B.V. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO

EMENTA:

Linguagem oral e escrita no contexto acadêmico. O processo de planejamento de leitura e produção de textos associado à atividade acadêmica. Estratégias de leitura para estudo e produção de conhecimento. Leitura, análise e interpretação de textos. Técnicas de estudo. Técnicas de seminário. Leitura crítica, fichamentos, resumos, relatórios e estudo de textos acadêmicos. Normas técnicas da ABNT para textos acadêmico/científicos. Produção de trabalhos acadêmicos. Tipos e características dos trabalhos acadêmicos: resumo, resenha, relatórios técnicos, artigo, projeto de pesquisa, monografias. Noções de pesquisa bibliográficas.

Objetivo

Contribuir para que o discente compreenda os pressupostos básicos do trabalho científico, bem como entenda a importância da formação de hábitos de estudo acadêmico/científico que possibilitem o

desenvolvimento de uma vida intelectual disciplinada e sistematizada, garantindo maior aproveitamento e produtividade nos estudos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de Ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1985.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem:** problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FERREIRO, Emília e PALÁCIO, Margarida Gomes. **Os processos de leitura e escrita:** novas perspectivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de Texto:** para estudantes universitários. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FIORIN, José Luiz. SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto:** leitura e redação. São Paulo: Ática, 1994.

FIORIN, José Luiz. SAVIOLI. **Lições de texto:** leitura e redação. São Paulo: Ática, 1996.

FRANÇA, Júnia Lessa (org.). **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 4.ed.rev. e aum. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

FLÔRES, Lúcia Locatelli. **Redação:** o texto técnico/científico e o texto literário, dissertação, descrição, narração, resumo, relatório. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS, METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I 2º PERÍODO

EMENTA:

A gênese do Serviço Social. A ascensão da sociedade capitalista e suas demandas pela assistência aos pobres. A ajuda, a caridade, e as primeiras práticas assistenciais com a influência da Igreja Católica. Os precursores do Serviço Social e a organização da assistência. O processo sócio-histórico de profissionalização do Serviço Social e a especialização do trabalho na Europa, Estados Unidos, América Latina e Brasil.

Objetivo

Compreender os conceitos de pobreza, assistência aos pobres, ajuda e caridade. Conhecer os primórdios e precursores do Serviço Social. Analisar a influência da Igreja na profissão. Compreender o processo histórico da ascensão do capitalismo e suas demandas pela assistência. Analisar o surgimento do Serviço Social enquanto profissão regulamentada em diversas partes do mundo. O Serviço Social na Europa e EUA. O Serviço Social na América Latina e no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia**: das origens à Araxá. São Paulo: Cortez, 1995.

CASTRO, Manuel M. de. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VIEIRA, Balbina Otonni. **História do Serviço Social**: contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro, Agir, 1980.

IAMAMOTTO, Marilda Vilella e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez, Lima, Peru, CELATS, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 3ª ed. 1995.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

ECONOMIA POLÍTICA

EMENTA:

O modo de produção capitalista: gênese, desenvolvimento e características. Acumulação, valorização e concentração/centralização do capital. A relação capital/trabalho. Processo de trabalho e controle da força de trabalho. A lei geral da acumulação capitalista. Características e tendências do capitalismo contemporâneo. A Economia e as revoluções industriais e os Sistemas Políticos. Os fundamentos da Economia Política: produção, consumo, distribuição, renda, crescimento, desenvolvimento, inflação.

Objetivo

Oferecer uma análise teórica da dinâmica do modo de produção capitalista, direcionada à compreensão das problemáticas que circunscrevem as dinâmicas sociais do campo de trabalho do Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

BASTOS, Vânia Lomonaco. **Para entender a economia capitalista: noções introdutórias**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcel. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca básica de serviço social V.1).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. xxx, 441 p ISBN 9788535278590.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansem; MARQUES, Rosa Maria. **O Brasil Sob a Nova Ordem - A Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 2012

LAZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira**. São Paulo: Atlas, 4ª Ed. 2012. LEITE, Antonio Dias. **A economia brasileira: de onde viemos e onde estamos**. Rio de Janeiro[s.n.] 240p ISBN 8535215131.

PINHO, Diva Benevides. **Manual de economia: equipe de professores da USP**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 606 p ISBN 97885020466275.

QUESTÃO SOCIAL E CAPITALISMO

EMENTA:

O capitalismo clássico-liberal. O capitalismo monopolista. As contradições e as tendências do capitalismo. As reformas capitalistas e a questão social. O neoliberalismo e a globalização. O significado contemporâneo da questão social e suas expressões. A questão racial como expressão da questão social.

Objetivo

Compreender as transformações sociais e econômicas que acompanharam o surgimento e a consolidação do sistema capitalista. Analisar o processo de exclusão social e empobrecimento das massas em períodos históricos. Desenvolver uma visão crítica a respeito da questão social contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1 (O processo de produção do capital). Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 2 (O processo de circulação do capital). Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Capítulo I O ciclo do capital monetário).

_____. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HOBSBAWN, E. **A era das revoluções: Europa (1789/1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**. V. 1 São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. V. 1 (Biblioteca Básica do Serviço Social). São Paulo, Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

POLANY, K. **A grande transformação. As origens da nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1985.

ANTROPOLOGIA

EMENTA:

A especificidade da perspectiva Antropológica e sua relevância para o Serviço Social. As escolas antropológicas e as definições de cultura. As relações entre cultura e ideologia. As epistemologias afro-indígenas na cultura brasileira. Identidade, Subjetividade e Alteridade. Processos de identificação e diversidade cultural.

Objetivo

Identificar os conceitos de cultura e alteridade como básicos à Antropologia. Analisar as diversas correntes antropológicas. Analisar as características de uma abordagem antropológica da realidade social brasileira contemporânea contra hegemônica e seu significado para o Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEATTIE, John. **Introdução à antropologia social: objetivos, métodos e realizações**. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1980. 334 p.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1984. 220 p.

GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. 263 p.

HELLER, Agnes (Org.) *et al.* **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

EMENTA:

As diversas formas de conhecimento da realidade: científico, religioso, filosófico e o senso comum. As particularidades do conhecimento científico. Conhecimento e método nas ciências sociais. A relação entre teoria, método, técnica e instrumentos aplicáveis ao Serviço Social. Formas de produção, organização e exposição do trabalho científico. Iniciação à elaboração de trabalhos científicos, segundo normas da ABNT. O Comitê de Ética em Pesquisa e a Plataforma Brasil.

Objetivo

Compreender o processo de construção do conhecimento. Conhecer métodos e técnicas específicos das ciências sociais aplicáveis ao serviço social. Desenvolver habilidades relacionadas com elaboração de diferentes trabalhos acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo; Atlas. 2014.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. 12ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BASTOS, Cleverson Leite. **Aprendendo a aprender**: introdução a metodologia científica. ed. São Paulo: Vozes, 2014

GOYATA, Sueli Leiko Takamatsu. **Manual de Normatização para elaboração de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses da UNIFAL-MG**, Alfenas, 2006.

SOUZA, Eloisio Moulin de(org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa. organizacional**: uma abordagem teórica - conceitual. EDUFES. Vitória, 2014.

OLIVEIRA, Jorge Leite de; CRAVEIRO, Manoel; CAMPETTI SOBRINHO, Geraldo (Org.). **Guia prático de leitura e escrita**: redação, resumo técnico, ensaio, artigo, relatório. [3. ed.]. Petrópolis: Vozes, ©2012.

3º PERÍODO

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS, METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA:

O Golpe Militar de 1964 e seus desdobramentos para o Serviço Social. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. As principais construções teórico-metodológicas inspiradas no positivismo, na

fenomenologia, e no materialismo histórico dialético de Marx. A definição do objeto de trabalho do assistente social e a formulação dos instrumentais da profissão. A questão social e o Serviço Social.

Objetivo

Compreender o contexto político, social e econômico do período da Ditadura Militar no Brasil e seus desdobramentos para o Serviço Social. Discutir o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil. Compreender as fases do Movimento de Reconceituação no Brasil. Analisar as correntes teóricas que influenciaram a profissão em cada fase: Positivismo, Fenomenologia e Marxismo. Reconhecer as implicações metodológicas e práticas da renovação teórica vivenciada pelo Serviço Social no Movimento de Reconceituação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 6ª ed. São Paulo: Cortez.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá**. São Paulo: Cortez, 1995.

HAMILTON, G. **Teoria e prática ao Serviço Social de casos**. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005. (3ex) 361.981/ I11r

LIMA, A. A. **Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década**. São Paulo: Cortez, 1987.

QUESTÃO SOCIAL E REALIDADE BRASILEIRA

EMENTA:

A questão social no Brasil contemporâneo, lutas de classes e a concentração de propriedade e de riqueza. Questão social, racial e particularidades dos diversos setores produtivos do Centro Oeste mineiro.

Objetivo

Propiciar os elementos indispensáveis para o conhecimento e a análise das expressões contemporâneas da “questão social” na sociedade brasileira, enfocando suas características locais/regionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMMANN, Safira B. **Expressões da pobreza no Brasil: análise a partir das desigualdades regionais**. São Paulo: Cortez, 2013.

COHN, A. “A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania”, in Mota, C. G. (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). S. Paulo, SENAC/SESC, vol. 2, 2000.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista**.

Cad. psicol. soc. trab., São Paulo, v. 17, n. 1, p. 101-115, Jun. 2014. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151637172014000200008&lng=pt&nrm=iso>.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Bom Tempo Editorial, 2001. 151 p.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo Machado de. **Atlas da exclusão social no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 221, [2] p. ISBN 8524909072

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social” particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

CIÊNCIA POLÍTICA

EMENTA:

A Ciência Política como disciplina de compreensão das relações de poder. Síntese do pensamento político na Grécia Antiga. Síntese da teoria política do Absolutismo (Maquiavel, Bodin e Lutero). A gênese do contratualismo (Hobbes). A teoria política do Liberalismo Clássico (Locke, Montesquieu, Rousseau e Malthus). A teoria política no Marxismo Clássico (Marx, Engels e Lênin). Os conceitos básicos de Estado, Sociedade e Soberania. A questão da Liberdade, da Igualdade e da Democracia. A questão da ordem e da transformação social.

Objetivo

Discutir as diferentes teorias políticas a partir de uma perspectiva sociohistórica, permitindo uma avaliação crítica das relações de poder na atualidade. Suscitar a análise política da realidade como um instrumental importante na formação prática do profissional de Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: UNESP, 1998.

SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, o Federalista. São Paulo: Ática, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRETCHE, Marta . **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro: Revan, 2000. 302 p. ISBN: 8571061947.

CAMAROTTI, Ilka. **Parcerias e pobrezas**: soluções locais na implementação de políticas sociais. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 152 p. (Coleção FGV Prática) ISBN: 8522503001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 83 p. (Coleção Primeiros Passos v.168) ISBN: 8511011684.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura a democracia?** 8. ed. São Paulo: Atual, 1995. 92 p. (História Viva)

ESTADO, CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS

EMENTA:

O Estado no quadro da mundialização do capital: funções e transformações. As classes sociais no capitalismo contemporâneo. Movimentos sociais, “antigos” e “novos”, e classes sociais. Relação entre público e privado. As Organizações Não Governamentais. Organizações sociais (OS) e Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) Estado, classes e movimentos sociais na contemporaneidade brasileira.

Objetivo

Compreender a formação das classes sociais no capitalismo contemporâneo. Analisar o processo e formação, dinâmica e tendências dos movimentos sociais. Problematizar as relações entre público e privado e as ONG's, as OS's e as OSCIPs. Relacionar Estado, Classe e Movimentos Sociais na realidade sócio-histórico brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Montaño, Carlos e DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classes Sociais e Movimentos Sociais**. Vol.5. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social).

GOHN, M.G. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

SANTOS, Theotonio dos. **Conceito de Classes Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Gohn, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. S. Paulo, Loyola, 1995.

ROSSI, Waldemar e GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. Para ler o Manifesto do Partido Comunista. In: NETTO, José Paulo. **Marxismo Impenitente: contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

DAL MORO, M., MARQUES, M.. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na Contemporaneidade. **Temporalis**, vol. 1, fev. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2185>>.

SILVA, S., MUSTAFÁ, M.. Projeto ético-político, consciência de classe e projeto societário: uma relação dialética. **Temporalis**, vol. 1, fev. 2012. Disponível: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2190/1641>>.

QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL

EMENTA:

Abordagem conceitual das noções de “raça/cor”, racismo, etnia, preconceito, discriminação, negritude, branquitude e mestiçagem. A construção sociocultural do racismo no âmbito internacional e no Brasil. Concepções individualistas, institucional e estrutural do racismo. Desconstrução do mito da democracia racial e do racismo reverso. Análise da interseccionalidades entre “raça/cor”, gênero e classe social. Políticas de Ações Afirmativas. Epistemologias Afrocentradas e Decoloniais.

Objetivo

Apresentar um conjunto de conceitos, ferramentas, metodologias para o diagnóstico e análise crítica das relações étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Ebook)

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon. Organizadores: **DECOLONIALIDADE E PENSAMENTO AFRODIASPÓRICO**. 2 ed. 1.reimp. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2019. Coleção Cultura Negra e identidades.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Ebook)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Ebook)

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. (org.). **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos** / São Paulo: EDUC, 2021. 162 p.; 24 cm - (Série serviço social).

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

4º PERÍODO

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS, METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III

EMENTA:

A abertura política, o processo de redemocratização do país, e os rebatimentos deste contexto sócio histórico para o Serviço Social. As construções teórico-metodológicas do Serviço Social no Brasil pós Movimento de Reconceituação. As estratégias para concretizar e viabilizar a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social. A valorização da pesquisa científica, as reformulações das legislações e regulamentações da categoria profissional. Os governos democráticos, suas estratégias de enfrentamento à questão social e as respostas profissionais via políticas sociais.

Objetivo

Apreender sobre o Serviço Social no Brasil pós Movimento de Reconceituação. Compreender o período de redemocratização no Brasil e sua influência no Serviço Social. Analisar os rebatimentos do governo neoliberal na profissão. Analisar a contribuição dos movimentos sociais para a profissão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. **A conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova**. In: Serviço Social e Sociedade, nº79, ano XXIV, setembro de 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Brasília, Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula . **Estratégias em Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 207 p. ISBN: 8524906677.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Trinta anos da revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 100, p.599-649, out./dez. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 6ª ed. São Paulo: Cortez.

POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA:

O Serviço Social e a política social: relações e implicações. Teorias sobre política social. Política social e Estado capitalista. Política social e regulação social. Cidadania, direitos sociais e política social: o Estado de Bem-Estar Social. A crise do Estado de Bem-Estar Social. A alternativa neoliberal: políticas de ajuste e reforma do Estado - privatização, filantropização e focalização das políticas sociais.

Objetivo

Compreender as relações entre Política Social e Serviço Social no marco do Estado de Bem-Estar Social e nas condições de sua crise contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOSCHETTI, Ivanete. BEHRING, Elaine. **Política social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social: temas & questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social?** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRANCHES, Sérgio. H. *et al.* **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar,1994.

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. S. Paulo, Cortez, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PEREIRA, P. A. **Necessidades sociais.** São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELOS, E. M. “Estado e políticas sociais no capitalismo: uma abordagem marxista”. **Serviço Social & Sociedade.** S. Paulo, Cortez, nº 28, 1989.

ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL

EMENTA:

O surgimento, conceitos e diferenciação da moral e da ética. A gênese do sujeito moral, o homem como um ser livre. A reprodução social das objetivações ético-morais. O homem como sujeito ético-político. O Projeto Ético-Político do Serviço Social e os projetos societários. Os avanços e retrocessos na história da construção do ordenamento jurídico do Serviço Social. Fundamentos filosóficos nos diferentes códigos de ética dos assistentes sociais brasileiros: neotomismo, personalismo e ontologia social. Análise crítica dos valores na sociabilidade burguesa. Introdução ao atual Código de Ética do e da Assistente Sociais e à Lei 8.662, ambos de 1993.

Objetivo

Compreender os fundamentos éticos e as implicações morais no posicionamento ético-político do ser social e no agir profissional. Desenvolver a capacidade de refletir sobre as questões éticas contemporâneas que envolvem valores pessoais e profissionais. Contribuir para posturas e posicionamentos pautados em princípios ético-filosóficos; conhecer sobre a importância e implicações do posicionamento ético-político no agir enquanto estagiários nos diversos campos de atuação dos profissionais do Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BARROCO. M. Lúcia. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. v. 4, il.

BONETTI, Dilséa Adeodata et al. **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis.** São Paulo: Cortez/CFESS, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAZ, Marcelo. **Projeto Ético Político do Serviço Social**. IN: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do(a) assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. [p.43-52. Fundamentos e Valores dos Códigos de ética (1947-1975)]. - e-book

CFESS. **Legislações e Resoluções**. 2021. Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>.

CHIAVACCI, Enrico. **Ética social: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 129p. (O

KISNERMAN, Natalio. **Ética para o serviço social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 116p. ISBN 8532606121

DIREITO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO SOCIAL

EMENTA:

Concepções dos direitos humanos. O debate dos direitos humanos no Brasil. Garantias formais dos direitos humanos no Brasil e sua efetividade. O papel do Assistente Social na defesa e proteção dos Direitos Sociais e dos Direitos Humanos. O ordenamento jurídico brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 nos aspectos atinentes aos princípios fundamentais: direitos e garantias fundamentais; direitos sociais; a ordem social, a organização do Estado e dos Poderes. A legislação social brasileira e o Papel do Ministério Público frente às políticas públicas.

Objetivo

Propiciar o conhecimento da legislação social brasileira indispensável ao exercício profissional do Serviço Social. Propiciar o conhecimento da problemática dos direitos humanos no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: editora moderna. 2004.

BRITES, Cristina M.; FORTI, Valéria (org.) **Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, Debates e Embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Os Direitos Humanos como valor universal**. In: **Revista de Cultura e Política Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, 1995, nº 34, pp. 179-187.

FREIRE, Silene de Moraes (org.) **Direitos Humanos: violência e pobreza na América Latina contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos Direitos Humanos: a contribuição de Hannah Arendt**. In: **Dossiê Direitos Humanos**. São Paulo: USP, 1997. (col. Estudos Avançados. v. 30).

MÈSZAROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. Trad. Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os Direitos Humanos na perspectiva de Marx e Engels: emancipação política e emancipação humana**. São Paulo: Alfa - Ômega, 2011.

TRABALHO E SOCIABILIDADE E SERVIÇO SOCIAL**EMENTA:**

A centralidade da categoria trabalho para a constituição do ser social e para a compreensão da sociabilidade na ordem burguesa. A esfera da produção e reprodução social: o trabalho na sociedade capitalista. Processo de trabalho e produção de riqueza social. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho: da crise do liberalismo à acumulação flexível. O sentido e a nova morfologia do trabalho e seus rebatimentos na configuração contemporânea da questão social.

Objetivo

Ampliar a compreensão sobre a categoria trabalho, sua atualidade e sua influência sobre as relações sociais no capitalismo contemporâneo. Estudar a categoria trabalho enquanto base da sociabilidade. Refletir sobre a crise contemporânea à luz dos teóricos do fim do trabalho e dos que o afirmam como esteio das relações sociais contemporâneas. Oferecer o instrumental analítico para a compreensão da questão social e suas expressões contemporâneas, no quadro das metamorfoses do mundo do trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy. **Infoproletários** - degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. 258 p. (Mundo do trabalho) ISBN 8585934433

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 215p. ISBN 852490691X

ANTUNES, Ricardo L. C. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006. 527 p. (Mundo do trabalho) ISBN 8575590836

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011

LINHARTE, Daniele. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 204p.

5º PERÍODO

POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA:

A relação Serviço Social/política social na história brasileira. Sinopse histórica das políticas sociais no Brasil dos anos de 1930 até a Constituição de 1988 e a construção do sistema de Seguridade Social. A relação público/privado no atendimento às manifestações da questão social. O avanço do neoliberalismo e suas implicações na área de políticas sociais brasileiras. O lugar e a importância do conteúdo da Política Social na formação profissional do assistente social. A Política Social como umadas principais mediações profissionais do assistente social, bem como sua importância na formação deste profissional.

Objetivo

Analisar a particularidade da intervenção social do Estado brasileiro dos anos de 1930 até a Constituição de 1988 e as potencialidades que esta trouxe para a constituição de um sistema de Proteção Social público. Compreender o neoliberalismo e a reformulação do papel do Estado na área

de política social. Propiciar aos discentes o entendimento da Política Social como um dos principais espaços de mediação profissional do Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (Org.). **Serviço Social e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006. 180 p. (Série Didáticos) ISBN: 8571083096

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SPOSATI, A. et alii. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEHRING, E., BOSCHETTI, I. **Política social**. Fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. A política de seguridade social no Brasil. IN. CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS. 2009

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DRAIBE, S. “As políticas sociais brasileiras: prioridades e perspectivas de políticas públicas”. In IPEA/IPLAN. **Diagnósticos e perspectivas para a década de 90**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

SPOSATI, A. et alii. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. São Paulo: Cortez, 1985.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO PROFISSIONAL I

EMENTA:

A Instrumentalidade e a Mediação como eixos das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa no fazer profissional - Escuta social; Conhecimento de território; Entrevistas na moradia e/ou território, Diário de Campo, Atendimento Individual e grupal; Orientação social, Encaminhamentos; Estudos socioeconômicos; Laudos e pareceres sociais.

Objetivo

Possibilitar a compreensão dos discentes quanto a natureza interventiva do serviço social e a Instrumentalidade e a Mediação como condição para o desvelamento da realidade. Habilitar os

discentes para os instrumentais técnicos-operativos do serviço social: Atendimento Individual, Escuta social, Entrevistas, Diário de Campo, Visita domiciliar, Orientação social, Encaminhamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL . **Atribuições privativas do/a assistente social em questão** - V. 2. ISBN 978-65-86322-00-2. Brasília (2020).

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, [2014]. (11 exs.).

SANTOS, Cláudia Mônica dos. BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda. **A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, [2017].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. [11. ed.]. Petrópolis: Vozes, [2013]. (Reimpressão de 2016) (3 ex.).

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (5 exs.)

KISNERMAN, Natalio. **Temas de serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 76 p. (1 exs.)

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006. (3 exs.)

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. *Temporalis*, Brasília, DF , v.2,n.4,p.21-42, jul/dez.2001.

SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO I

EMENTA:

Introdução à experiência de estágio. A importância do estágio curricular na formação profissional do assistente social. As diretrizes curriculares e a organização do estágio na UEMG/Divinópolis. Identificação e compreensão da política social setorial do campo de estágio: gênese, desenvolvimento e atualidade. Análise institucional no campo de estágio: história, objeto e objetivos da instituição; caracterização da população usuária; planos e projetos institucionais; atores institucionais e a

correlação de forças; as expressões da questão social enfrentadas. A inserção do Serviço Social no âmbito institucional. O processo de trabalho do assistente social: avanços, limites e desafios.

Objetivo

Introduzir o/a aluno/a, em processo de inserção no campo de estágio, na dinâmica do estágio supervisionado, favorecendo a vivência e a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do Serviço Social nas diferentes áreas de atuação profissional. Possibilitar aos alunos conhecimentos acerca da temática relativa ao programa e/ou projeto onde realiza o estágio, assim como uma visão crítica da instituição campo de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BISNETO, J. A. “A análise institucional no processo de renovação do serviço social no Brasil”, in Vasconcelos, E. M. (org.). **Saúde mental e serviço social**. S. Paulo, Cortez, 2000.

CFESS/ABEPSS. **Cartilha Estágio Supervisionado: Meia formação não garante um direito**. CFESS. 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. S. Paulo, Cortez, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS. 2009.

BURIOLO, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. São Paulo. Cortez, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 207 p. ISBN: 8524906677.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006. 215 p. (Serie Temas, 1) ISBN: 8587064223.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I**EMENTA:**

Pesquisa e Serviço Social: a dimensão investigativa do Serviço Social e a função da pesquisa na produção de conhecimentos e na intervenção social. Identificação das bases epistemológicas do conhecimento científico. Fundamentos teóricos que legitimam o conhecimento científico no Serviço Social. Classificação dos tipos de pesquisa social. Caracterização da pesquisa. Técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Entrada em campo e aspectos éticos. Etapas para a construção do projeto de pesquisa. Escolha do tema e a formulação da questão de pesquisa.

Objetivo

Qualificar os discentes para a elaboração, execução e avaliação de projetos de pesquisa empírica, bibliográfica e documental, considerando a natureza da investigação em Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. Serviço Social, Direitos e competências profissionais. Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais. ABEPSS/CFESSS: 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR;

GOÍS, João Bosco Hora e SOUZA, Sidimara Cristina (Orgs). **Serviço Social e Pesquisa**. Curitiba: Ed.CRV. 2021.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre/ Belo Horizonte: Artes Médicasco Sul Ltda/UFMG, 1999.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa – uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000.

MOTAH-ROTH, Désirée. HENDGES, Grasiela. **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 167 p. Capítulo 03: Projeto de Pesquisa, p. 51-61.

VIANA, Nildo. **A elaboração do projeto de pesquisa**. Goiânia: Germinal, 2002.

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL: PREVIDÊNCIA SOCIAL**EMENTA:**

A trajetória histórica da previdência social nas sociedades capitalistas. A constituição dos sistemas de proteção social na Europa: modelo bismarckiano e berevediano. A trajetória histórica e o debate sobre a previdência Social no Brasil de 1930 até a Constituição de 1988. Previdência Social: contrarreforma, ofensiva neoliberal, tendência à privatização e déficit orçamentário. Papel e atribuições do assistente social na área da previdência social.

Objetivo

Analisar os rebatimentos do neoliberalismo e da contrarreforma da Seguridade Social sobre a política de previdência social, bem como as possibilidades interventivas do Serviço Social neste contexto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABPESS. 2009. p. 324-338.

MALLOY, James M. **Política de Previdência Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAIN, Sulamis. Financiamento da Seguridade Social. A previdência Social e a revisão constitucional. In: BRASIL, **Debates**, vol. II, Brasília, MPS/CEPAL, 1994.

MARQUES, Rosa Maria. **A previdência social no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Jaime A. A.de; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **A (im)previdência social**. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1989.

SILVIA, Maria Lúcia Lopes da. **Previdência social um direito conquistado: resgate histórico, quadro atual e propostas de mudança**. 2. ed. Brasília, DF: Ed do Autor, 1997.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

6º PERÍODO

ESTRATÉGIA DE AÇÃO PROFISSIONAL II

EMENTA:

A Instrumentalidade e a Mediação como eixos das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no fazer profissional. Articulação entre a formação acadêmica e a prática social, em interlocução com as diferentes áreas do conhecimento, com utilização de metodologias ativas e participativas - Mapeamento de território; Leitura e construção de indicadores como subsídios para apreensão da realidade social; Mobilização social e organização popular. A supervisão de estágio como atuação profissional em Serviço Social.

Objetivo

Possibilitar a compreensão dos discentes quanto à natureza interventiva do serviço social e a instrumentalidade e a Mediação como condição para o desvelamento da realidade. Propiciar o conhecimento do instrumental técnico para a intervenção profissional nas visitas domiciliares, no trato com grupos, comunidades e movimentos populares. Desenvolver habilidades para construção/formulação de documentos, inerentes ao exercício profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMAROTTI, Ilka. **Parcerias e pobreza**: soluções locais na implementação de políticas sociais. Rio de Janeiro: FGV, 2000. (9 exs.)

PEREIRA, William C. Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social**: teoria, método e prática. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. (5 exs.)

SILVA, Ângela Maria Pereira da. **Instrumentalidade e instrumentais técnicos do serviço social**. Curitiba: Intersaberes, 2017. (Ebook)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 96 p. ISBN: 8524909641.

FRITZEN, Silvino José. **Exercícios práticos de dinâmica de grupo**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. v. 2. (14 exs.)

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006. (3 exs.)

KISNERMAN, Natalio. **Serviço social de grupo: uma resposta ao nosso tempo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 328 p. (1 ex.)

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do vínculo**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (2 exs.)

SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO II

EMENTA:

Aprofundamento sobre o exercício da prática profissional e sobre a política social desenvolvida no campo de estágio. O desenvolvimento de habilidades com relação ao fazer profissional, à condução de atividades investigativas, às formas de intervenção junto à população. Os requisitos teórico-metodológicos, fundamentos éticos, estratégias e técnicas para a formulação e avaliação de um projeto de intervenção profissional a ele adequado. Elaboração de um projeto de intervenção profissional.

Objetivo

Problematizar o contexto institucional do campo de estágio em seus diversos aspectos. Desenvolver habilidades e competências com relação à elaboração do projeto de intervenção adequado ao campo de estágio e a formulação de estratégias de ação para sua efetivação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 182 p.

KARSCH, Ursula M. Simon. **O serviço social na era dos serviços**. São Paulo: Cortez, 1987. 183 p.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**. 1a. São Paulo: Cortez. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITES, M. C., Barroco, L. "A centralidade da ética na formação profissional". **Temporalis**. Brasília, ABEPSS, nº 2, 2000.

FALEIROS, V. P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. S. Paulo, Cortez, 1981.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. S. Paulo, Cortez, 1997.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**. S. Paulo, Cortez, 1995.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**. S. Paulo, Atlas, 1987.

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA:

A construção do Projeto de Pesquisa. Revisão do tema e da questão de pesquisa elaborados na disciplina de Pesquisa em Serviço Social I. Cumprimento das etapas de redação definitiva do Projeto de Pesquisa Acadêmico: elaboração do embasamento teórico, seleção da bibliografia, desenho do projeto, escolha dos procedimentos metodológicos e dos instrumentos para coleta e de análise dos dados.

Objetivo

Elaborar o Projeto de Pesquisa, a partir dos conhecimentos adquiridos na disciplina de Pesquisa em Serviço Social I somados às informações fornecidas na disciplina de Pesquisa em Serviço Social II.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRANÇA, Júnia Lessa (et all) **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7 ed. Belo Horizonte: 2004.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer: projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Maria Cecília M. **Construindo o saber**. Campinas: Papirus, 1989.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1989.

ECCO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

SALOMON, Décio V. **Como fazer monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL - SAÚDE**EMENTA:**

A trajetória histórica e o debate das políticas de saúde no Brasil desde 1930, passando pela Reforma Sanitária até a Constituição de 1988. O Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes, modelo de atenção, legislação, financiamento, gerenciamento e controle social. A participação social: a realidade dos conselhos de Saúde. Saúde mental: da Reforma Psiquiátrica à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O SUS atualmente: desafios e perspectivas no contexto de contrarreforma do Estado e de ofensiva neoliberal. Papel e atribuições do profissional de Serviço Social na política de saúde.

Objetivo

Analisar os rebatimentos do neoliberalismo e da contrarreforma da Seguridade Social sobre a política de saúde, bem como as possibilidades interventivas do Serviço Social neste contexto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COHN, Amélia [et al.]. **A saúde como direito e como serviço**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 164 p.

GIOVANELLA, Lúcia (Org.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2 ed. ver. Ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012

MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês de Sousa. **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAVO, Maria Inês de Souza (Org.). **Saúde e Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2010]. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf

DUARTE, Ronaldo Alves. Políticas de saúde mental. IN. **Psicopatologia**: abordagem clínica dos transtornos mentais. Curitiba. Appris, 2018.

PAIM, J. S. "Bases Conceituais da reforma sanitária brasileira". In: **Saúde e Democracia**: A luta do CEBES. São Paulo: Lemos Editorial; 1997.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **Prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 560 p. ISBN: 9788524908941

7º PERÍODO**SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO III****EMENTA:**

Execução e monitoramento do projeto de intervenção profissional: proposição de estratégias necessárias ao desenvolvimento das atividades em campo. Avaliação do campo e do trabalho do serviço social: avanços, dificuldades e desafios. Sistematização da prática profissional.

Objetivo

Desenvolver habilidades e competências com relação ao processo de execução e avaliação de projetos e políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BURIOLO, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. São Paulo. Cortez, 1996.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006. 215 p. (Serie Temas, 1) ISBN: 8587064223.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FALEIROS, Vicente de Paula . **Estratégias em Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.207 p. ISBN: 8524906677.

FRIEDLANDER, Walter. **Conceitos e métodos de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1990.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação profissional do assistente social**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1995. 128 p.

TRABALHO de CONCLUSÃO DE CURSO I**EMENTA:**

Revisão do Projeto de Pesquisa elaborado nas disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II. A operacionalização do Projeto de Pesquisa revisto, com elaboração das formulações teóricas, os instrumentais de pesquisa, realização do trabalho de campo, finalizando com o relatório da pesquisa.

Objetivo

Execução do Projeto de Pesquisa e elaboração do relatório final da investigação realizada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bibliografia a ser definida dependendo do objeto de investigação.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL**EMENTA:**

O contexto sócio-histórico da Política Educacional Brasileira; Concepções teórico-metodológicas da educação e a função social da escola. Os reflexos das manifestações das questões sociais no contexto escolar a partir da compreensão de uma sociedade desigual. As consequências da questão de gênero e étnico-racial nos processos de ensino/aprendizagem. O universo prático de atuação do profissional do Serviço Social no espaço educacional.

Objetivo

Conhecer o contexto educacional em seus diversos aspectos. Desenvolver habilidades e competências para identificar e intervir nas questões sociais expressas no contexto educacional/familiar/territorial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed da UFSC, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais”. In CFESS. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2011.

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Lei nº 13.935/2019 - **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

CFESS, **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço. 2001.

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL – ASSISTÊNCIA SOCIAL

EMENTA:

A constituição da assistência social no Brasil de 1930 até sua inserção na Constituição Federal de 1988 como política pública de seguridade social e como direito de cidadania. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): modelo de atenção, princípios e diretrizes, gerenciamento, financiamento e controle social. O SUS nos dias de hoje: desafios e perspectivas no contexto de contrarreforma do Estado e de ofensiva neoliberal. Papel e atribuições do profissional de Serviço Social na política de assistência social.

Objetivo

Analisar os rebatimentos do neoliberalismo e da contrarreforma da Seguridade Social sobre a política de assistência social, bem como as possibilidades interventivas do Serviço Social neste contexto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 112 p. ISBN: 8524900334.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** [Brasília]: Conselho Federal. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha CFESS Final Grafica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil:** um direito entre a originalidade e conservadorismo. 2. ed. Brasília: Ivanete Boschetti, 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Curso de introdução ao exercício do controle social no SUAS.** Brasília. MDS. 2015. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Controle%20Social_Caderno%20do%20Aluno.pdf

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Brasília. MDS. 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

RAICHELIS, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social:** caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A menina LOAS:** um processo de construção da Assistência Social.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO PROFISSIONAL III

EMENTA:

A Instrumentalidade e a Mediação como eixos das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa no fazer profissional. Articulação entre a formação acadêmica e a prática social, em interlocução com as diferentes áreas do conhecimento, com a utilização de metodologias ativas e participativas - Fundamentos teórico-metodológicos, políticos e técnicos nas diferentes concepções de planejamento e gestão. Programas e projetos institucionais: elaboração, implementação e instrumentos de avaliação. A ação do Serviço Social na gestão das organizações públicas e privadas.

Objetivo

Desenvolver a habilidade na elaboração e avaliação dos diferentes projetos sociais; desenvolver competências técnicas para gestão de organizações públicas e privadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEMO, Pedro. **Mitologias da avaliação**: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas. Campinas: Autores Associados, 1999. (16 exs.).

GIEHL, Pedro Roque et al. **Elaboração de projetos sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2015. (Ebook)

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (6 exs.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. [11. ed.]. Petrópolis: Vozes, [2013]. (Reimpressão de 2016) (9 exs.)

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. 199 p. (1 ex.)

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura. **Monitoramento e avaliação da política de assistência social de Belo Horizonte**: sistema de indicadores. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2007. 112 p. (1 ex.).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Monitoramento e avaliação na política nacional de humanização na rede de atenção e gestão do SUS**: manual com eixos avaliativos e indicadores de referência. Brasília: Ed. MS, 2006.

RAMOS, Ieda Cristina Alves et al. **Captação de recursos para projetos sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Ebook)

FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL

EMENTA:

Percurso histórico da família: sua evolução, suas transformações sócio-históricas e as novas organizações familiares na sociedade contemporânea. O universo das relações familiares e sua importância na constituição dos sujeitos. A centralidade da família nas políticas sociais. Desafios da atuação profissional na abordagem com famílias, na atualidade.

Objetivo

Refletir sobre a importância da família no contexto da profissão. Propiciar compreensão sócio-histórica da família. Analisar os impactos das mudanças societárias da dinâmica familiar no mundo ocidental

capitalista possibilitar o conhecimento da ação profissional do Serviço Social no trabalho com famílias, no campo da proteção social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACOSTA, Ana Rojas (Org.); VITALE, Maria Amalia Faller. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 7. ed. São Paulo: Cortez; CEDEPE, [2018].

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. **Abordagem a família no contexto do conselho tutelar**. São Paulo: Ágora, 2014. (Ebook)

PETRINI, Giancarlo; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Org.). **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. [2. ed.]. Petrópolis: Vozes, 2013. (5 ex.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 7. ed. São Paulo: Cortez, [2011]. (Reimpressão de 2017) (3 exs.)

CARVALHO, Maria do Carmo B. **Família contemporânea em debate**. 3.ed. São Paulo: Cortez,2005

BIROLI, F. **Família novos conceitos**. 1ed. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo.2014, v1.83p

CLAVES/UNICEF. **FAMÍLIAS: parceiras ou usuárias eventuais. análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Brasília, julho 2004. 204 p. Disponível em:< http://www.unicef.org/brazil/pt/livro._familiaviol.pdf > Acesso em 08 fev. 2011.

Legislações: **Estatuto da Família - Apreciação crítica; Lei no 13.509-2017- Nova Lei da Adoção**.

8º PERÍODO

SERVIÇO SOCIAL, MEIO AMBIENTE, QUESTÃO URBANA E RURAL

EMENTA:

Questão urbana na ordem do capital. A trajetória das políticas de habitação no Brasil. O trabalho do assistente social na área de habitação. Questão agrária na ordem do capital. A trajetória das políticas agrárias no Brasil. Serviço Social e questão agrária. Questões ambientais e sustentabilidade.

Objetivo

Analisar a estrutura fundiária no campo e na cidade e seus impactos na estratificação e desigualdades sociais. Identificar as manifestações da questão social no âmbito ambiental, no rural e no urbano no Brasil e as estratégias de atuação no Serviço Social neste contexto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUIMARÃES, Mauro. **Os caminhos da Educação Ambiental: da forma a ação**. Campinas: Papyrus, 2006.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. S. Paulo, Martins Fontes, 1981.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder**. O problema da terra na crise política. Petrópolis, Vozes, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. S. Paulo/Rio de Janeiro, HUCITEC/ANPOCS, 1992.

OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1982.

SILVA, Maria das Graças. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2010.

ZALUAR, A., Alvito, M. (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

LOWY, Michael. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. Revista Margem Esquerda - ensaios marxistas, nº 14, São Paulo, Boitempo, 2010.

ÉTICA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

EMENTA:

Ontologia social de Marx e a Ética. O processo de construção do ethos profissional contemporâneo. O Código de Ética Profissional, seus valores e princípios. A relação entre ética e moral na atuação profissional. Os dilemas éticos no cotidiano da profissão frente às expressões da questão social. Implicações ético-morais da ação profissional na direção da consolidação do projeto profissional. Os órgãos de representação da categoria e o ordenamento jurídico atual do Serviço Social.

Objetivo

Desenvolver aproximações a uma análise crítica do atual Código de Ética Profissional do Serviço Social, a partir de leitura pautada no referencial dialético marxiano, acerca das categorias político-filosóficas que envolvem a sua estruturação. Refletir sobre o significado do Código de Ética Profissional de 1993, frente às mudanças no padrão de acumulação capitalista e de regulação social. Reconhecer e debater os impactos da aplicação do Código de ética Profissional no agir profissional do Assistente Social. Conhecer as estruturas do conjunto CFESS-CRESS, bem como as bandeiras de luta na atualidade. Organizar de aula/evento com a participação de representantes da Comissão de Fiscalização (COFI), do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região - afim de debater temáticas pertinentes à atualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BONETTI, Dilséa Adeodata et al. **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez/CFESS, 2007.

SÁ, A. Lopes de. **Ética profissional**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. 264p. ISBN 9788522446599

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do(a) assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. [p.43-52. Fundamentos e Valores dos Códigos de ética (1947-1975)]. - e-book

CFESS. **Legislações e Resoluções**. 2021. Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>

FORTI V. & GUERRA, Y. (orgs). **Ética e Direitos: Ensaios Críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

FORTI, Valéria Lucília. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. x, 252 p. ISBN 9788537506776

SALES, Mione A. "A questão social e a defesa dos direitos no horizonte da ética profissional" in **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 02: Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: CEAD/UNB, 1999.

SERVIÇO SOCIAL E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO BRASIL

EMENTA:

As principais abordagens conceituais sobre gênero. Serviço Social e as relações de gênero. As políticas sociais e as relações de gênero. Os movimentos sociais e a questão de gênero. Relações de gênero no Brasil contemporâneo e expressões da questão social.

Objetivo

Qualificar para a compreensão da problemática das relações de gênero na sociedade brasileira contemporânea e sua relevância no entendimento de algumas expressões da questão social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

STREY, Marlene Neves; MUHLEN, Bruna Krimberg von; KOHN, Kelly Cristina (Org.). **Caminhos de homens: gênero e movimentos**. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

STREY, Marlene Neves; VERZA, Fabiana; ROMANI, Patrícia Fasolo (Org.). **Gênero, cultura e família: perspectivas multidisciplinares**. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. Editora: Outras Expressões, São Paulo: 2012.

CARVALHO, Ana Paula Comin de et al. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PRETTO, Valdir. **Exclusão social e questões de gênero**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2015.

STREY, Marlene Neves; CÚNICO, Sabrina Daiana. **Teorias de gênero: feminismos e transgressão**. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2016. (Ebook)

CÚNICO, Sabrina Daiana. **Gênero e violência: repercussões nos processos psicossociais e de saúde**. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2019. (Ebook)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

EMENTA:

Elaboração do texto final do Trabalho de Conclusão de Curso. Preparação para sua apresentação escrita e oral. Defesa pública do TCC.

Objetivo

Elaborar o trabalho de conclusão de curso e realizar a apresentação pública do trabalho mediante a constituição de uma banca de defesa de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bibliografia a ser definida dependendo do objeto de investigação.

EMENTÁRIO DAS OPTATIVAS

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

EMENTA:

História das comunidades surdas, da cultura e das identidades surdas. Ensino básico da LIBRAS e políticas linguísticas e educacionais para surdos. Aspectos clínicos, educacionais, socioculturais e linguísticos da surdez. Língua de sinais brasileira: fundamentos básicos da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia, de sintaxe. Prática em diálogos e compreensão da conversação em LIBRAS. Os direitos sociais da pessoa surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GÓES, M^ª Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

SKLIAR, C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada / Coordenação de Ana Paula Crosara de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. _ Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos,

2008. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf>

BRASIL. **Lei nº 10.346, de 24 de abril de 2002**: dispõe sobre a língua brasileira de sinais -LIBRAS - e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e Dilemas na relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Editora Lumen Júris, 2011.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Instrumental Técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, C. M. BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 2ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 103-120

TONIOLO, Charles. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em [HTTP://www.uepg.br/emancipação](http://www.uepg.br/emancipação).

GESTÃO E INOVAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

EMENTA:

Origens e conceituação de Gestão e de inovação. A polissemia do conceito de empreendedorismo e seu debate à luz do contexto neoliberal no século XXI. O planejamento no processo de trabalho dos assistentes sociais e seus instrumentos: projetos, planos e programas. Funções técnicas do assistente social enquanto administrador de serviços: coordenação, direção, assessoria, supervisão e avaliação de projetos e programas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, José Carlos Oliveira de. *Orçamento público: teoria e questões atuais comentadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 234p. (Série Provas e Concursos)

CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2010.

CARNEIRO, C. B. L, COSTA, Bruno L. **Diniz. Gestão Social: O que há de novo?**. Belo Horizonte, **Fundação João Pinheiro, 2004.** ÓES, M^a Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLE, Michael. *Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BARBOZA, Hélio Batista ; FUJIWARA, Luís. *Histórias de um Brasil que funciona: governos locais ajudando a construir um país mais justo*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2000.

COHEM, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 2001.

DAGNINO, E. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KLIKSBURG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. 2. E. São Paulo: Cortez, 2003.

POLÍTICA SOCIAL – SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL À VELHICE

EMENTA:

O processo de envelhecimento, suas consequências e significados nos planos da sociedade e dos indivíduos. Aspectos demográficos da população idosa no Brasil. Práticas profissionais do Assistente Social no âmbito da política para velhice, na gestão e no atendimento e o trabalho intersetorial com as políticas sociais brasileiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5. ed Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. 3. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2007. 312 p. (Coleção Debates; 91).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRETO, Maria Leticia Fonseca. **Admirável mundo velho: velhice, fantasia e realidade social**. São Paulo: Ática, 1992. 237 p. ISBN: 8508041101.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. São Paulo: Nova Fronteira. 1990. 711 p.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. **Velhice e envelhecimento**. São Paulo: Cortez, v. 24, n.75, 2003. Edição especial.

CHAIMOWICZ, Flávio. **Idosos brasileiros no século XXI: demografia, saúde e sociedade**. Belo Horizonte: Postgraduate, 1998. 92 p.

LEBRÃO, Maria Lúcia; DUARTE, Yeda A. de Oliveira (Org.). **SABE - Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento: o projeto SABE no município de São Paulo: uma abordagem inicial**. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. 255 p. ISBN: 8587943308

QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL

EMENTA:

O metabolismo orgânico entre o homem e a natureza nos marcos do sistema capitalista: produção destrutiva. Desenvolvimento capitalista, degradação e crise ambiental. Conflitos ambientais, movimentos ambientalistas nacionais e internacionais. Serviço Social, meio ambiental e educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, J.A.D., AGUADO, O.V. e PÉREZ, A.G.(orgs.). **Serviço Social e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os descaminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMÉRICO, Maria Conceição; LIMA, Raquel Franco de S.; LOPES JÚNIOR, Edmilson. Processos socioambientais em comunidades de crescimento desordenado. **Serviço Social e Sociedade**, nº 90. São Paulo: Cortez, 2007.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de. (Org.). **América Latina, sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. & MATALLO Jr., Heitor (Orgs). **Ciências Sociais, complexidade e meio ambiente: interfaces e desafios**. Campinas: Papyrus, 2008.

PICOLI, Fioreto. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TRIGUEIRO, André. **Meio Ambiente no século XXI**. Campinas: Editora Autores Associados LTDA, 2005.

QUESTÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA

EMENTA:

A questão social enquanto produto da sociedade capitalista. Pauperismo, violência e suas raízes históricas. Cidade, Estado e Mercado: a modernização excludente. A (in) segurança social na Modernidade. Violência e conflitos sociais nos meios urbano e rural. A violência nas cidades: dilemas da sociedade brasileira contemporânea. Cultura da PAZ.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANNI, O. **A cultura da violência**: capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SILVA, J. F. S. recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 89, p. 130-154, mar. 2007.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

HOBBSAWM, Eric. Bandidos. **Era dos extremos**: O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, ABEPSS, n. 3, p. 41-49, 2001.

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade Perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Ruth & PIMENTEL, Elaine. **Violência e Criminalidade em Mosaico**. Maceió: EDUFAL, 2009.

SAÚDE MENTAL E SERVIÇO SOCIAL

EMENTA:

Histórica da assistência à saúde mental no mundo. Trabalho e subjetividade: impactos do trabalho na saúde mental do trabalhador. Política de saúde mental no Brasil. Reforma psiquiátrica e movimentos sociais na área da saúde. Os desafios da política de saúde mental na contemporaneidade. O trabalho de assistentes sociais na área de saúde mental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2003. GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. 3. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2007. 312 p (Coleção Debates. Psicologia; 91). ISBN 9788527302029

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Bomtempo, 2011.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde Mental e Serviço Social**. Cortez, São Paulo, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARANTE, P. **Saúde mental, formação e crítica**. Rio de Janeiro: Laps, 2008.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental**: uma análise institucional da prática. Cortez, São Paulo, 2011.

ROBAÍNA, C. M. V. O trabalho do serviço social nos serviços substitutivos de saúde mental. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 102, abr./jun. 2010.

SELIGMANN-SILVA. **Desgaste mental no trabalho dominado**, 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL (2005) Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/npublicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**EMENTA:**

História social da infância no Brasil. Análise da questão da infância a partir da construção de sua historicidade. O sistema de proteção à infância e adolescência no contexto da normativa internacional e seus rebatimentos na legislação brasileira e a intersectorialidade com as políticas sociais brasileiras. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A atuação do Serviço Social para efetivação das políticas de atendimento a criança e adolescentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BIASOLI-ALVES, Zelia Maria Mendes; FISCHMANN, Roseli (Org.). *Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 220 p. (Coleção Seminários 5; Serie Ciência, Cientistas e Tolerância 1).

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência-violência: desperdício de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAZILIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003. 135 p. ISBN: 8524909358. 2ex

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes: um passo a mais na cidadania em saúde**. 2.ed. Brasília: Editora MS, 2002. 47 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/popup/02_0196.htm>.

COSTA, Antônio Carlos Gomes a Costa; MENDEZ, Emílio Garcia. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo: Malheiros, 1994.

PLANO **Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante juvenil**. Brasília, DF: SEDH/DCA, 2002. (Coleção Garantia de Direitos. Série Subsídios; tomo V)

SILVA, Roberto. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. Rio de Janeiro: Ática, 1997.

4.10 Formas de avaliação e acompanhamento do estudante

Conforme disposto no artigo 34, da Seção VI, do Regimento Geral da UEMG, que trata da Avaliação do Rendimento Escolar, esta é feita em cada disciplina, em função do aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades exigidas do aluno.

É assegurado ao estudante o direito de revisão de prova e trabalhos escritos, desde que requerida no prazo estipulado pela Unidade Acadêmica e esta revisão deve ser feita, de preferência, na presença do aluno.

É obrigatório o comparecimento do aluno às aulas e às demais atividades previstas, sendo que o aluno que não tiver frequentado pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das atividades escolares programadas estará automaticamente reprovado.

A avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos cumulativos, em uma escala de zero (0) a cem (100) e nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a quarenta (40) pontos.

Apurados os resultados finais de cada disciplina é considerado aprovado o aluno que alcança 60 (sessenta) pontos, no mínimo, e apresenta frequência satisfatória.

Outra modalidade está presente para o estudante nas avaliações externas, como o ENADE, realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

4.11 Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)

O Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)² foi estabelecido a partir da aprovação do Conselho Universitário (CONUN) da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), através da Resolução CONUN/UEMG Nº 201/2010, de 24 de junho de 2010. É pautado na proposta de democratização do acesso à Universidade e a promoção de condições de permanência dos estudantes na instituição, seja na orientação e no acompanhamento especializado, bem como no enfrentamento de demandas psicopedagógicas, com o objetivo de que o nosso universo crescente de alunos (as) possa ser efetivamente acolhido (a) e reconhecido (a) em sua diversidade e singularidade.

A Política de Assistência Estudantil da UEMG, compreende o enfrentamento de demandas socioeconômicas dos (as) discentes, para que a democratização da permanência no ensino superior

² Resolução CONUN/UEMG Nº 201/2010, 24 de junho de 2010. Disponível em: <https://bitly.com/yASDG>

seja acompanhada de possibilidades de inserção, permanência e conclusão exitosa da graduação. Nesta perspectiva, a UEMG sede realiza a gestão da Política Estudantil e, a partir de Comissões Locais formadas para avaliação e execução, o NAE de Divinópolis integra o (s):

- Programa de Seleção Socioeconômica de Candidatos (PROCAN) - Lei Estadual nº 15.259, de 27 de julho de 2004;
- Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES)³ - Lei Estadual nº 22.570/17 e Decreto Estadual nº 47.389/18;
- Procedimentos de Heteroidentificação⁴ - Resolução CONUN/UEMG nº 475, de 1º de dezembro de 2020;
- Editais Ledor e Acompanhante para Acessibilidade;
- Editais de Estágio Não Obrigatório.

O NAE Divinópolis, localizado no bloco 07 (sete), conhecido como a “Casa Rosa”, é formado por uma equipe de Coordenação e Analista Universitário com formação em Serviço Social. Para além da execução dos programas acima citados, o NAE Divinópolis é entendido como um agente de concentração de demandas e fomentador de ações, atuando nas seguintes frentes:

- Atendimento Social de discentes: intervenções no âmbito da Política de Assistência Social;
- Encaminhamento das demandas de discentes ao atendimento psicológico do Serviço Escola de Psicologia (SEPSI)
- NAE Acolhe: escuta ativa no formato de acolhimento de discentes, em parceria com o Curso de Psicologia;
- Plantões tira-dúvidas: demandas advindas dos Editais, em suma do PEAES, e outros direcionados à Comunidade Externa, conforme necessidade social justificada.
- Comissão Local de Inclusão⁵: membro ativo nas ações promovidas;

³ Os auxílios pecuniários disponibilizados em 2021 foram distribuídos em 06 (seis) modalidades: a) Moradia; b) Alimentação; c) Transporte; d) Creche; e) Apoio Didático-Pedagógico e auxílio à Pessoas com Necessidades Educavas Especiais; f) Auxílio de inclusão digital.

⁴ Procedimento complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos), para fins de preenchimento das vagas reservadas nos cursos da Universidade.

⁵ Iniciativa da Unidade de Divinópolis para promoção de ações voltadas à promoção da inclusão de forma efetiva e sistemática.

- Evento Cuidar: evento anual que visa a integração entre a Comunidade Interna e Externa através das Práticas Integrativas e Complementares (PICs);
- Apoio e incentivo ao Movimento Estudantil;
- Realização de Pesquisas sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural de discentes;
- Fomento e incentivo contínuo, em parceria à Comunidade Acadêmica, para implantação e implementação de projetos e programas que fortaleçam a Política de Assistência Estudantil da UEMG, por exemplo, para o Atendimento de demandas Psicopedagógicas e a criação do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI).
- Execução, junto ao Curso de Serviço Social, do Serviço Escola do Serviço Social (SESS).

As atividades desenvolvidas também visam o estímulo dos eixos de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEMG Divinópolis, favorecendo o envolvimento acadêmico e comunitário a partir de intervenções interdisciplinares e multidisciplinares direcionadas à formação integrada de discentes, na perspectiva da igualdade de direitos e da equidade, incluindo igualmente os grupos em condições de vulnerabilidade socioeconômica, que historicamente estiveram à margem do direito ao ensino superior público.

4.12 Monitoria Acadêmica

O curso de Serviço Social da Unidade Divinópolis tem como propósito, estimular o engajamento dos discentes no processo de ensino e aprendizagem, por meio da integração entre estudantes e professores em atividades que proporcionem a compreensão aprofundada de conteúdos, conceitos e das metodologias de ensino estabelecidos pelo Projeto Pedagógico do curso e aplicados pelo corpo docente. Dentre os recursos utilizados, além dos seminários e outros eventos acadêmicos, que favorecem o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas por enriquecerem abordagens feitas em sala de aula, a aplicação da monitoria acadêmica será valorizada e incrementada, tendo como parâmetro a Resolução COEPE/UEMG nº 305/2021, que institui o Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica. O Programa dentre outras possibilidades, proporciona aos estudantes a participação efetiva e dinâmica em projetos de ensino, sob a orientação dos professores responsáveis pelos componentes curriculares; contribui para o processo de formação do estudante de graduação; desperta no estudante o interesse pela docência e amplia sua participação na vida acadêmica, além da meta mais importante de criar estrutura de apoio aos discentes que apresentam dificuldades em relação ao conteúdo das disciplinas. Os estudantes poderão atuar tanto em monitorias voluntárias, como participar dos editais para bolsas de monitoria acadêmica.

5. GESTÃO ACADÊMICA

5.1 Colegiado do Curso de Serviço Social

Atribuições e competências:

É um órgão tanto consultivo, deliberativo e também propositivo, que debate questões acadêmicas propostas pelo Núcleo Docente Estruturante, Coordenação de Curso, representantes de turmas, Diretório ou Centro Acadêmico dentre outros. São avaliadas as demandas de ensino, pesquisa e extensão, bem como questões que envolvam a vida acadêmica do estudante, tais como: questões particulares e pessoais, trabalhos interdisciplinares; indicação de atividades complementares, extensionistas e de pesquisa; temáticas definidas para as Semanas Acadêmicas; formato e temática dos trabalhos interdisciplinares, sugestão de visitas técnicas, parcerias e convênios.

Nesse órgão também são repassadas informações importantes sobre a administração acadêmica relativas à Instituição, ao Curso, aos docentes e também discentes.

Além das atribuições e competências já descritas, de acordo com a resolução COEPE/UEMG 273/2020 o colegiado de curso deve ainda: I) articular-se com o Núcleo Docente Estruturante para elaborar o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação; II) apreciar as alterações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso; III) avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos estudantes, ouvido o Núcleo Docente Estruturante.

O colegiado de curso será composto pelos seguintes membros:

Um representante de cada um dos Departamentos Acadêmicos que ofereçam disciplinas no curso, eleitos pelas respectivas Câmaras Departamentais, por um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;

Representantes dos professores que participam do curso, eleitos pelos demais docentes, por um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;

Representantes dos estudantes regularmente matriculados no curso, escolhidos na forma do Estatuto e do Regimento Geral;

Destaca-se que cada um dos representantes acima previstos terá o seu suplente, com mandato vinculado, para substituí-los em suas faltas ou impedimentos.

O Colegiado de Curso de Graduação terá um Coordenador e um Subcoordenador, eleitos para mandato de dois anos, permitido o exercício de até dois mandatos consecutivos.

Destaca-se que os demais critérios de elegibilidade dos membros, bem como seu quantitativo e a forma de eleição dos mesmos, seguirá a Resolução COEP/UEMG 273/2020.

Em relação ao funcionamento, o coordenador estabelece a pauta das reuniões, mas tanto os docentes quanto os discentes podem solicitar à coordenação pontos de pauta.

As reuniões são coordenadas pela coordenação do Colegiado de curso e registradas em ata de reunião que posteriormente é assinada por todos aqueles que estiveram presentes. São mensais e é permitida a ausência em duas reuniões por semestre, desde que justificada com antecedência pelos professores.

Sempre no início dos semestres, é feita a reunião de planejamento do semestre, na qual são apresentados os programas de curso e definidos os trabalhos interdisciplinares, atividades extraclasses e eventos do curso. Em contrapartida, ao final de cada semestre, é feita reunião de avaliação e adequações para o semestre seguinte.

Funciona como um importante espaço de comunicação e interlocução do Curso. As decisões são tomadas a partir da maioria dos votos, e o voto é individual e com peso igual, inclusive do representante discente.

Reúnem-se ordinariamente duas vezes por semestre. O Colegiado deverá observar as normas e resoluções da Uemg para buscar a devida atualização sobre a estrutura e funcionamento do Colegiado de Curso, adaptados ao disposto no Estatuto da Universidade.

5.2 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante será constituído por 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, aí incluídos o seu Presidente e o Presidente do Colegiado do Curso de Serviço Social, o qual é membro nato do NDE.

Cumprir um importante papel de elaborar, atualizar a implementação do PPC, avaliar, acompanhar e orientar demandas trazidas pelos estudantes, ofertando sempre que possível medidas resolutivas de ações pautadas no Código de ética profissional do Assistente Social (1993)

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I- Atuar no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso

II- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso;

III- zelar pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

IV- Identificar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas; relativas à área de conhecimento do curso;

V- Zelar pelo cumprimento das diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação;

VI- Encaminhar, para apreciação do Colegiado de Curso, os estudos e propostas construídas.

Todas as definições do NDE são submetidas à aprovação do Colegiado do Curso e segue a Resolução COEPE/UEMG nº 284, de 11 de dezembro de 2020.

Os membros do Núcleo Docente Estruturante devem ser docentes que exerçam liderança acadêmica no âmbito do curso, percebida na produção de conhecimentos na área e que atuem sobre o desenvolvimento do mesmo, devendo atender aos seguintes critérios:

I - Pelo menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu na área específica de conhecimento na qual o curso se insere ou afim, conforme as áreas do conhecimento definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES;

II - Pelo menos, 20% (vinte por cento) de seus membros devem exercer suas funções em regime de trabalho de tempo integral. Preferencialmente, os membros do NDE não devem integrar o Colegiado de Curso, com exceção do Presidente do Colegiado de Curso, que é membro nato do órgão.

Os membros do Núcleo Docente Estruturante, conforme critérios estabelecidos no artigo 4º desta Resolução, serão escolhidos através de processo eleitoral, levando em consideração a formação acadêmica na área do curso.

O Núcleo Docente Estruturante deverá reunir-se, ordinariamente, ao menos uma vez por semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou a pedido de, pelo menos, um terço (1/3) de seus membros. O funcionamento das reuniões do NDE obedecerá às normas previstas, alterado pela Resolução COEPE/UEMG Nº 284, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020 Regulamenta a composição e o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes - NDE no âmbito de cada curso de graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG.

5. 3 Coordenação do Curso

A coordenação do curso é exercida por um professor assistente social, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por igual período. O coordenador de curso tem a competência de administrar o curso de maneira que viabilize o processo educacional a que se propõe.

Dentre suas atividades está o assessoramento pedagógico ao professor, orientação didática pedagógica ao discente, organização de políticas educacionais para o curso, elaboração e despacho de documentos oficiais e normatizadores, realizar o intercâmbio entre as decisões superiores e membros docentes e discentes sempre em consonância com as políticas institucionais e com a legislação pertinente, assim com o Conselho do curso.

6. INFRAESTRUTURA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

Infraestrutura física da Unidade Acadêmica

BLOCO 1

- 7 salas de aula
- Arquivo Inativo do Registro Acadêmico
- Biblioteca.
- Laboratório de Informática 1
- Setor de Tecnologia da Informação
- Setor Comitê de Ética e Pesquisa

BLOCO 1 – 2º andar

- 6 salas de aula
- Laboratório de Informática 2
- Coordenação dos Cursos das Áreas de Biológicas e Saúde

BLOCO 2

- 13 salas de aula
- Xerox

BLOCO 3

- 12 salas de aula
- Coordenação dos Cursos das Áreas de Ciências Humanas e Sociais
- Coordenação Técnica Pedagógica
- Brinquedoteca

BLOCO 4

- Centro de Memória
- Laboratório de Informática 4

- Laboratórios de Fotografia, Rádio e TV
- Laboratório de Informática 3
- Núcleo de Estágio
- Infraestrutura
- Sala de Professores

BLOCO 5 – 1º andar

- 10 salas de aula
- Coordenação dos Cursos das Áreas de Ciências Exatas
- Laboratório de Matemática

BLOCO 5 – 2º andar

- 10 salas de aula
- Sala de Desenho
- Conselho Regional de Química

BLOCO 6 - Laboratórios

- Anatomia Humana
- Engenharia
- Física Geral
- Física Elétrica
- Microbiologia e Fisiologia
- Microscopia
- Química
- Zoobotânica
- Anatomia
- Setor de Apoio aos Laboratórios.

BLOCO 7

- Arquivo Inativo
- Assessoria de Comunicação
- Gestão de Pessoas
- Núcleo de Apoio ao Estudante - NAE

BLOCO 8 – Laboratórios

- Dança
- Fisioterapia
- Enfermagem
- Setor de Apoio aos Laboratórios

BLOCO 9

- Auditório

BLOCO 10

- Laboratórios de Engenharia da Computação

BLOCO ADMINISTRATIVO

- Diretoria Acadêmica
- Cozinha
- Lanchonete
- Protocolo
- Registro Acadêmico
- Registro de Diploma
- Coordenações Integradas de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação

6. 1- Biblioteca

A Biblioteca “Prof. Nicolaas Gerardus Plasschaert” tem como finalidade prestar serviços de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão para alunos, professores e pesquisadores na busca de informações e conhecimentos necessários para essas atividades, bem como garantir a armazenagem conveniente do acervo sob sua responsabilidade. Além de atender a comunidade acadêmica, atende a comunidade em geral para pesquisa local. O espaço é amplo, com 420m², e capaz de acomodar o acervo de todos os cursos da unidade Divinópolis. O ambiente conta com boa iluminação, ventilação adequada, bem como 5 mesas de estudos e 15 cadeiras estrategicamente distribuídas. Em relação às ferramentas de acessibilidade o interior da biblioteca há 1 computador reservado para cadeirantes, outro para pessoas com mobilidade reduzida e mais 2 para portadores de deficiência visual ou baixa acuidade visual. Além deste ambiente principal, a biblioteca conta com 2 anexos ao lado. O primeiro contém 9 cabines, sendo duas para cadeirantes, a qual permite um estudo reservado. O outro contém 13 mesas e 31 lugares, possibilitando realização de estudos e pesquisas em grupo. Todos os ambientes possuem acesso liberado a rede wireless.

- Horário de Funcionamento: De segunda a sexta-feira de 7:00 às 21:00.
- Localização: A Biblioteca está localizada no 1º andar, Bloco 1.

Acervo

A biblioteca da UEMG Divinópolis conta com o acervo tanto físico quanto digital. Além disso, dispõe de acesso a diversas bases de dados e bibliotecas virtuais, como a Biblioteca Virtual Person , Minha Biblioteca , Revista dos Tribunais, Biblioteca Digital ProView , Portal de Periódicos Capes, Coleção de Normas Técnicas da ABNT, NBR, NBRISO e Mercosul. Tal acervo está cadastrado no software Pergamum, o sistema gerencia toda a automação de informações de empréstimos, inclusive informações estatísticas. Possibilita além de consulta ao acervo das bibliotecas, renovação de empréstimos e reserva de livros através do uso internet. A rede compartilhada do Pergamum adota para as regras de catalogação o Anglo-American Cataloguing Rules (AACR 2), e cabeçalho de assunto Library of Congress Subject Headings (LCSH).

O acervo da bibliografia básica e da bibliografia complementar está disponível, por unidade curricular, e procura atender a quantidade média de alunos de acordo com a qualidade de desenvolvimento das pesquisas e consultas pedagógicas. Atualmente o acervo da biblioteca de Divinópolis cadastrado no Pergamum conta com 23638 títulos e 54928 exemplares.

BIBLIOTECA on-line:

O software Pergamum oferece através do acesso ao site, no campo BIBLIOTECA <<http://www.uemg.br>>, a possibilidade de consulta ao acervo de todas as bibliotecas das Unidades UEMG. Além dos principais pontos de recuperação de informações (autor, título e assunto), o usuário consegue acessar a pesquisa de empréstimo, efetuar reservas, renovações, etc., através do seu login (CPF e senha cadastrada na biblioteca).

Contratos vigentes com Acervos Digitais relevantes ao curso de Serviço Social:

- Biblioteca Virtual Pearson: Contrato nº 42/2019
- Minha Biblioteca: Contrato nº 64/2021
- Biblioteca Digital ProView: Contrato nº 74/2021
- Coleção de normas técnicas da ABNT, NBR, NBRISO e Mercosul: Contrato nº 57/2021
- Periódicos UEMG: <https://periodicos.uemg.br/>
- Portal de Periódicos CAPES:

O Portal de Periódicos CAPES fornece acesso a diversos conteúdos em formato eletrônico, como textos disponíveis em publicações periódicas, nacionais e internacionais, além de diversas bases

de dados que cobrem todas as áreas do conhecimento. A busca no Portal pode ser feita por assunto, periódico, livro ou bases de dados. Os professores da UEMG acessam o Portal por meio da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), inserindo login e senha fornecidos pela TI da UEMG. Também pelo Portal é possível consultar os tutoriais das bases de dados que a CAPES assina, assim como treinamentos periódicos diretamente pelo próprio site.

6. 2 Redes de Informação

Tecnologia da Informação e Laboratórios de Informática

O Setor de Tecnologia da Informação possui hoje um sistema de informação multiusuário que engloba um sistema completo de administração acadêmica e financeira dos alunos, uma rede física de microcomputadores interligados a 10/100 Megabits, com servidores Windows 2003/2008 e Linux ligados 24 horas, disponibilizando conexão de Internet com banda de 20 Mb dedicados, de modo a suprir as necessidades de toda a comunidade acadêmica.

No que se refere ao acesso dos alunos, a Unidade Acadêmica de Divinópolis possui um sistema de gestão educacional que permite controle total e integrado das áreas acadêmica, administrativa e pedagógica, o Sistema GIZ da AIX Sistemas. Este sistema possui uma plataforma virtual onde os alunos e professores conseguem ter acesso a todos os seus dados acadêmicos, como notas, frequência, conteúdo das disciplinas, histórico, entre outros.

Laboratórios de Informática

Atualmente, a Unidade Acadêmica de Divinópolis possui 172 computadores conectados à internet distribuídos em 7 Laboratórios de Informática. Estes ambientes objetivam proporcionar condições de aprimoramento profissional ao corpo discente, docente e funcionários, além de ser um espaço com recursos tecnológicos preparados com ferramentas para exercícios específicos das disciplinas, buscas e pesquisas acadêmicas através da internet.

Laboratório 1, Sala 102, Bloco 1 – 1º andar

- 36 computadores (DVDRW - 760 GM - P34 -HD Seagate 1TB -2x DDR3 de 4096MB / 1600 Mhz - Processador AMD Phenom II X4 - 2.8Ghz)
- 01 Switch 48 p/ Gerenciável
- 01 Rack
- 01 Ar-condicionado

Laboratório 2, Sala 126, Bloco 1 – 2º andar

- 40 computadores Intel Core i5 com 8Gb RAM e HD de 500Gb
- 01 Switch 48 p/ Gerenciável
- 01 Rack

Laboratório 3, Sala 406, Bloco 4

- 40 computadores (DVDRW - 760 GM - P34 -HD Seagate 1TB -2x DDR3 de 4096MB / 1600 Mhz - Processador AMD Phenom II X4 - 2.8Ghz)
- 01 Rack
- 01 Ar-condicionado

Laboratório 4, Sala 414, Bloco 4

- 20 computadores (DVDRW - 760 GM - P34 -HD Seagate 1TB -2x DDR3 de 4096MB / 1600 Mhz - Processador AMD Phenom II X4 - 2.8Ghz)
- 01 Switch 24 p/ Gerenciável
- 01 Projetor
- 01 Ar-condicionado

Laboratório 5, Sala 1001, Bloco 10

- 22 computadores - Core i7 - 16GB de memória - 1TB HD

Laboratório 7, Sala 1002, Bloco 10

- 12 computadores - Core i5 - 7GB de memória - 1TB HD
- 01 Rack

Laboratório 6, Sala 1003, Bloco 10

- 9 computadores - Core i5 - 7GB de memória - 1TB HD
- 01 Rack

7- INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE APOIO

- Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Texto aprovado em 13/3/1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras: a disciplina Libras é oferecida como optativa.
- Diretrizes Curriculares da ABEPSS 1999. Disponível em: http://www.cfess.org.br/legislacao_parecer.php
- Estatuto da UEMG - Texto aprovado pelo Conselho Universitário em 02/10/2012 e pelo Decreto Nº. 46.352, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.
- Lei N.º 8.662, de 7 de Junho de 1993 Dispõe sobre a profissão de Assistente Social, já com a alteração trazida pela Lei N.º 12.317, de 26 de agosto de 2010.
- Padrão de qualidade para cursos de graduação presencial em Serviço Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/legislacao_parecer.php
- Parecer CNE 1363/2001. Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.
- Parecer CNE 492/2001. Emite parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- Parecer da Comissão de Especialistas, 1997. Disponível em: http://www.cfess.org.br/legislacao_parecer.php
- Política Nacional de Estágio em Serviço Social da ABEPSS - Maio de 2010, Elaborado coletivamente, documento traz os princípios norteadores para a realização do estágio em Serviço Social para a formação profissional.
- Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.
- Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial: a carga horária total do curso é de 3.000 horas distribuídas entre 2.025

horas para conteúdos curriculares obrigatórios e as demais (975 horas) entre disciplinas eletivas, optativas, Estágio Supervisionado, Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso.

- Resolução CNE/CES. nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007, dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena: a disciplina Formação Sócio Histórica do Brasil é obrigatória; a disciplina Cultura, Religião e Diversidade Étnica no Brasil é oferecida como optativa.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos: a disciplina Direitos Humanos e Legislação Social é obrigatória; a disciplina Serviço Social, Legislação e Direitos Especiais é oferecida como optativa.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental: a disciplina Educação para Diversidade e Meio Ambiente é obrigatória; a disciplina Questão Ambiental e Serviço Social é oferecida como optativa.
- Resolução COEPE/UEMG 323 de 28/10/2021 que dispõe sobre a abordagem curricular de conteúdos transversais em Gestão e Inovação nos Projetos Pedagógicos. Com proposta de Conteúdo atualizado que será ofertado na disciplina Estratégia de Ação Profissional II e III.
- RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 287 DE 04 DE MARÇO DE 2021.
- RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 323/2021.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>>

Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 1993.

Conselho Federal de Serviço Social. "Serviço Social a caminho do século XXI: O protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS". In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Atribuições Privativas do(a) Assistente Social**: em questão. Brasília DF. 2020

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia**: um guia para iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social**, fundamentos ontológicos. 3 ed. SP:52 Cortez, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 5 ed. SP: Cortez, 2005.

GENTILLI, Raquel. **Representações e práticas**: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. SP: Veras, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social - identidade e alienação**. 9 ed. SP: Cortez, 2005.

9. APÊNDICE – REGIMENTOS

9.1 APÊNDICE A - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

DO CONCEITO, DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO

Art. 1º - O estágio integra o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Art. 2º - O estágio é constituído por atividades teórico práticas realizadas pelo aluno através da sua inserção nos diversos espaços institucionais de atuação profissional, sob supervisão direta de profissionais assistentes sociais em campo e dos professores assistentes sociais do curso através da disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio.

Art. 3º - A supervisão de campo e a supervisão acadêmica de estágio devem considerar as dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológica do Serviço Social.

Art. 4º - São finalidades do estágio:

- 1 - Contribuir para a compreensão da indissociabilidade entre teoria e prática;
- 2 - Possibilitar o contato do aluno com as organizações responsáveis pelo enfrentamento das diversas manifestações da questão social;
- 3 - Oportunizar ao aluno a construção de uma postura profissional frente as diferentes realidades sociais da intervenção profissional dos assistentes sociais supervisores de campo.

Art. 5º - São objetivos do estágio:

- 1 - Conhecer o exercício profissional do assistente social no processo de supervisão de campo;
- 2 - Exercitar o trabalho em equipe;
- 3 - Favorecer o contato com instituições públicas e privadas;
- 4 - Desenvolver o exercício dos princípios éticos da profissão;
- 5 - Proporcionar o contato com os instrumentais do Serviço Social
- 7 - Exercitar a capacidade de percepção e análise crítica institucional, conjuntural e estrutural da realidade do campo de estágio.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 6º - A organização e desenvolvimento das normativas do Estágio Supervisionado Obrigatório e não Obrigatório está diretamente subordinada ao Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 7º - O Subcoordenador do Curso de Serviço Social, contando com carga horária específica para tal, é o responsável para a organização geral dos estágios obrigatórios e não obrigatórios.

Art. 8º - A Coordenação do Curso é responsável pelo registro e arquivamento das documentações referentes ao estágio na secretaria do curso.

Art. 9º - Por constituir a prática, instrumento educacional essencial na formação profissional do aluno, serão exigidas no mínimo 315 (trezentos e quinze) horas de estágio em campo e 135 (cento e trinta e cinco) horas de supervisão acadêmica para todos os alunos distribuídas da seguinte forma:

A - 5º período:

Estágio Supervisionado I: 105 horas - 7 créditos

Supervisão Acadêmica de Estágio I: 45 horas - 3 créditos

B - 6º período:

Estágio Supervisionado II: 105 horas - 7 créditos

Supervisão Acadêmica de Estágio II: 45 horas e 3 créditos

C - 7º período:

Estágio Supervisionado III: 105 horas - 7 créditos

Supervisão Acadêmica de Estágio III: 45 horas - 3 créditos

§ 1º - Para inserção do aluno em campo de estágio o mesmo deverá estar matriculado nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II ou III e Supervisão Acadêmica de Estágio I, II ou III.

§ 2º - O aluno só poderá se matricular em Estágio Supervisionado II e Supervisão Acadêmica de Estágio II, quando aprovado em Estágio Supervisionado I e Supervisão Acadêmica de Estágio I, e no Estágio Supervisionado III e Supervisão Acadêmica de Estágio III, quando aprovado em Estágio Supervisionado II e Supervisão Acadêmica de Estágio II.

§ 3º - O cumprimento da carga horária deverá ocorrer sistematicamente durante o semestre letivo, não podendo haver concentração da carga horária do estágio.

§ 4º - A aluna em licença maternidade, deverá cumprir o estágio após o término da licença, considerando que o estágio é atividade prática vivenciada, não podendo ser substituída por atividades domiciliares.

Art. 10º - Será permitido ao aluno, a possibilidade de mais de uma experiência de estágio em campos diferentes, no decorrer de sua formação.

A - O aluno não poderá estar em dois campos de estágio obrigatórios diferentes ao mesmo tempo;

B - O aluno só poderá realizar o estágio no mesmo setor em que exerça atividade laborativa se o estágio acontecer em horário específico, sob a supervisão direta de um assistente social, e cumprindo todas as orientações deste regulamento e das legislações vigentes relacionadas ao tema;

C - É de inteira responsabilidade do estagiário o cumprimento da carga horária.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO SUBCOORDENADOR DE CURSO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO GERAL DO ESTÁGIO

Art. 11º - o Subcoordenador do curso responsável pela organização geral do estágio tem as seguintes competências:

- 1 - Realizar a articulação entre a Universidade e os espaços de atuação profissional que atendam aos critérios de definição de campos de estágio para oficializar abertura de vagas;
- 2 - Informar aos alunos e supervisores acadêmicos de estágio as vagas disponíveis, e possibilitar o contato entre o aluno e o supervisor de campo;
- 3 - Contatar todos os discentes que realizarão os estágios I, II ou III, ao final do semestre que antecede a entrada dos mesmos nos campos, visando agilizar o processo documental, respeitando os prazos da Secretaria Acadêmica e do Núcleo de Estágio;
- 4 - Orientar e conduzir os alunos nos processos referentes à documentação necessária para estabelecer o vínculo de estágio entre Universidade e campo, com o apoio e participação do Núcleo de Estágio;
- 5 - Enviar ao CRESS/6ª Região a planilha, disponível no QUADRO 1 deste regulamento, contendo os dados referentes aos campos de estágio, supervisores de campo e acadêmicos conforme orientações da Resolução nº 533 de 19 de setembro de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social sobre Supervisão Direta de Estágios em Serviço Social e demais legislações vigentes;
- 6 - Encaminhar este regulamento aos supervisores de campo no início do semestre letivo;
- 7 - Prestar assessoria técnica e permanente aos supervisores acadêmicos e de campo;
- 8 - Manter e intensificar o sistema de comunicação entre aluno, supervisor de campo, supervisor acadêmico e coordenação de estágio;
- 9 - Promover eventos de caráter formativo para alunos e supervisores de campo;
- 10 - Organizar o Fórum de Estágio;
- 11 - Definir data e receber do professor supervisor acadêmico a documentação referente ao estágio supervisionado ao final do semestre letivo e encaminhar à coordenação de curso para registro e arquivamento junto à secretaria do curso disponíveis no QUADRO 2 e QUADRO 3.

CAPÍTULO IV

DA SELEÇÃO, ENCAMINHAMENTO E PERMANÊNCIA DO ALUNO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 12º - A distribuição dos alunos pelos campos de estágio dar-se-á da seguinte forma:

- 1 - Informação aos alunos pelo subcoordenador do curso responsável pela organização geral do estágio e pelos professores supervisores acadêmicos, a respeito dos campos e vagas disponíveis;
- 2 - Escolha dos alunos, por ordem de preferência, dos campos que correspondam às suas expectativas e possibilidades;
- 3 - Seleção por parte do supervisor de campo.

Art. 13º - O aluno só poderá ser autorizado a mudar de campo de estágio durante o mesmo semestre letivo, pelo professor supervisor acadêmico e com o aval do subcoordenador do curso responsável pela organização geral do estágio, quando, por razões técnicas, administrativas e/ou particulares, se tornar necessária a transferência, avaliadas pela Supervisão de Estágio e de Curso.

CAPÍTULO V

DA SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO

Art. 14º - A Supervisão Acadêmica será exercida pelos professores assistentes sociais do Curso de Serviço Social, responsáveis pelas disciplinas de Supervisão Acadêmica de Estágio I, II ou III.

Art. 15º - São atribuições do professor supervisor acadêmico:

- 1 - Construir o Plano de Estágio junto com o supervisor de campo e o aluno estagiário no início de cada semestre letivo, estabelecendo inclusive o cronograma de supervisão acadêmica;
- 2 - Encaminhar aos alunos esse regulamento no início do semestre, e disponibilizar os formulários e documentos disponíveis nos QUADROS 1, 2 e 3 para preenchimento.
- 3 - Acompanhar, orientar e avaliar de forma sistemática, o processo de aprendizagem do aluno, oportunizando uma elaboração de conhecimentos concretos da realidade, bem como o entendimento da relação teoria-prática;
- 4 - Proceder a divisão dos grupos de alunos, em no máximo 10 (dez) alunos por turma, para a disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio I, II ou III;
- 5 - Elaborar um programa de supervisão acadêmica, considerando os seguintes conteúdos: a política e regulamento de estágio, o projeto ético-político da profissão, a análise institucional do campo de estágio, os fundamentos legais da área específica e os fundamentos técnicos e metodológicos da atuação profissional;

- 6 - Estabelecer os critérios de avaliação do aluno nas disciplinas de Supervisão Acadêmica de Estágio I, II ou III;
- 7 - Receber dos alunos e dos supervisores de campo a documentação referente ao estágio supervisionado ao final do semestre letivo, e encaminhá-la à Supervisão de Estágio
- 8 - Realizar o lançamento das notas atribuídas ao aluno estagiário nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II ou III e Supervisão Acadêmica de Estágio I, II ou III no sistema oficial da UEMG;
- 9 - Reportar ao assistente social, Supervisor de campo de Estágio as situações excepcionais referentes aos campos de estágio quando julgar-se necessário.

CAPÍTULO VI

DA SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 16º - A supervisão de campo será exercida de forma direta por um assistente social em exercício profissional, junto ao aluno do curso de Serviço Social.

Art. 17º - De acordo com a resolução do CFESS 533/2008 o limite máximo é de 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas de trabalho semanais do supervisor de campo

Art. 18º - São atribuições do assistente social supervisor de campo:

- 1 - Construir o Plano de Estágio com o supervisor acadêmico e o aluno estagiário no início de cada semestre letivo, estabelecendo inclusive o cronograma de supervisão de campo;
- 2 - Apresentar ao aluno estagiário a instituição do campo de estágio e suas atribuições como assistente social;
- 3 - Disponibilizar dados sobre a instituição, necessários ao conhecimento e desenvolvimento do estágio do aluno;
- 4 - Supervisionar de forma direta as atividades do aluno em campo de estágio e em casos de situações adversas contactar imediatamente a Supervisão de Estágio;
- 5 - Participar de reuniões, cursos e demais atividades promovidas pela universidade e CRESS 6ª Região voltadas para a formação continuada sobre a supervisão de estágio;
- 6 - Encaminhar ao supervisor acadêmico o formulário de avaliação final do aluno estagiário, no QUADRO 2 deste regulamento, em data previamente agendada;
- 7 - Assinar a Folha de Ponto do aluno, disponível no QUADRO 3 deste regulamento, devidamente preenchida.

CAPÍTULO VII

DA DEFINIÇÃO DE CAMPOS DE ESTÁGIO E HABILITAÇÃO DO SUPERVISOR DE CAMPO

Art. 19º - São denominados Campos de Estágio:

1 - Organizações privadas, governamentais, não governamentais e/ou do terceiro setor que possuam em seu quadro de servidores um assistente social habilitado às funções de supervisor de campo.

Art. 20º - São exigências para habilitação à função de Supervisor:

1 - Ser assistente social em exercício profissional no campo de estágio;

2 - Atender às normas estabelecidas por este regulamento.

3 - Reconhecer a condição do estagiário como aluno em formação e não como um funcionário substituto do assistente social;

4 - Aceitar contribuir como corresponsável pela formação do aluno.

Art. 21º - São condições necessárias à abertura de Campo de Estágio:

1 - Oferecer condições de atendimento ao artigo 4º deste regulamento;

2 - Atender às condições para recebimento do aluno estagiário no campo estabelecidas pelas regulamentações do Serviço Social;

3 - Garantir a assinatura das documentações exigidas pela universidade para entrada, permanência e conclusão do processo de estágio supervisionado.

CAPÍTULO VIII

DO ALUNO ESTAGIÁRIO EM SERVIÇO SOCIAL

Art. 22º - É considerado aluno estagiário, o acadêmico que estiver matriculado na disciplina de Estágio Supervisionado I, II ou III, e Supervisão Acadêmica de Estágio I, II ou III.

Art. 23º - São deveres do estagiário:

1 - Providenciar, com apoio do Núcleo de Estágio e da Coordenação de Estágio, toda a documentação exigida para o processo de estágio supervisionado;

2 - Construir o Plano de Estágio com o supervisor de campo e acadêmico no início de cada semestre letivo, e cumprir o cronograma de supervisão de campo e acadêmica;

3 - Cumprir a carga horária total de estágio estabelecida em cada disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II ou III, e Supervisão Acadêmica de Estágio I, II ou III;

4 - Participar das supervisões acadêmicas individuais e grupais, e das atividades promovidas pelo curso relacionadas ao estágio;

5 - Cumprir o estágio, levando em conta não só o interesse do aprendizado, mas também o compromisso com a instituição e os usuários do serviço;

6 - Participar ativamente das atividades da instituição do campo de estágio ao qual se encontra vinculado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24º - As dúvidas e casos omissos surgidos na aplicação deste regulamento serão resolvidos pelo colegiado de curso.

Art. 25º - O presente regulamento entrará em vigor na data da sua aprovação.

Formulários e planilhas utilizadas no Estágio Supervisionado:

QUADRO 1

PLANILHA – CRESS/MG – 6ª Região
DADOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO:
Nome da Instituição:
Endereço:
Telefone/contato:
Assistente Social supervisor (a) de campo: Nº. CRESS:
E-mail supervisor (a) de campo:
Carga horária de trabalho semanal:
Aluna (s) Estagiário (s): Período:
Assistente Social coordenador (a) de curso: Nº. CRESS:
Assistente Social coordenador (a) de estágio: Nº. CRESS:
Assistente Social superviso (a) acadêmico (a): Nº. CRESS:
E-mail supervisor (a) acadêmico (a):

Ficha de avaliação final de Estágio Supervisionado (Ficha preenchida no Campo)

I – Identificação:

Nome do(a) aluno(a): _____
 Campo de estágio: _____
 Supervisor(a) de Campo: _____
 Supervisor(a) acadêmico (a): _____

Carga Horária Cumprida: horas

Duração: ___ / ___ / ___ à ___ / ___ / ___

II – Avaliação:

Item	Característica	Pontuação	Nota
-------------	-----------------------	------------------	-------------

			atribuída
01	Assiduidade e pontualidade	10	
02	Conduta responsável e respeitosa nos relacionamentos com usuários, colegas, funcionários e profissionais	10	
03	Capacidade de articulação entre teoria e prática	10	
04	Capacidade de observação e/ou análise conjuntural, estrutural, institucional e situacional	10	
05	Conhecimento e estudo da instituição, suas regulamentações, objetivos, população atendida e demais características	10	
06	Conhecimento e estudo das competências e atribuições do assistente social supervisor de campo	10	
07	Conhecimento e estudo dos instrumentais da profissão	10	
08	Conhecimento e estudo do Código de Ética dos/das assistentes sociais	10	
09	Habilidade de expressão oral e/ou escrita	10	
10	Cumprimento das orientações e/ou atividades solicitadas	10	
Nota total atribuída ao estagiário pelo supervisor de campo:			

III – Observações do(a) Supervisor (a) de Campo:

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) Supervisor (a) de Campo e CRESS/MG

9.2 APÊNDICE B - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1- Os alunos que ingressarem no Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - Unidade de Divinópolis deverão obrigatoriamente completar 5 (cinco) créditos de carga horária equivalente a 75 (setenta e cinco) horas em atividades complementares que apresentem conteúdos pertinentes a formação teórico-prática proposta pelo curso.

1.1 - Os alunos podem realizar atividades complementares do 1º ao 8º período de matrícula no curso.

1.2 - As atividades complementares podem ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante as férias escolares, desde que respeitados os procedimentos estabelecidos neste Regulamento.

2 - As atividades complementares são práticas acadêmicas de múltiplos formatos, que podem ser realizadas internamente ou externas ao ambiente universitário.

2.1 - O objetivo das atividades complementares é o de contribuir para a formação acadêmica, ampliando o conhecimento teórico-prático e estimular a prática de atividades coletivas de ensino, pesquisa e extensão, em horários extraclasse.

2.2 - Fica expressamente vedada a prática de atividades complementares durante os horários das aulas, salvo se o acadêmico optar em realizar tal atividade e obter falta no horário da aula.

3 - As atividades complementares que podem ser reconhecidas para efeitos de aproveitamento de carga horária estão relacionadas no Quadro 1.

3.1 - Deverá ser respeitado o limite de carga horária por cada atividade complementar relacionada no Quadro 1.

4 - O controle acadêmico do cumprimento da carga horária referente às atividades complementares é de responsabilidade do Coordenador do Curso a quem cabe avaliar a documentação exigida para validação da atividade.

4.1 - O Coordenador do Curso poderá indeferir a atividade complementar cuja documentação esteja incompleta ou insatisfatória.

4.2 - O Coordenador de Curso indicará o período para recebimento dos comprovantes e da ficha das horas de atividades complementares preenchida pelo aluno, disponível neste Regulamento de Atividades Complementares no Quadro 2.

4.3 - O acadêmico deverá preencher a ficha de atividades complementares disponível no Quadro 02, inserindo os dados referentes aos certificados e declarações que possui, de acordo com cada item tabelado no Quadro 01, para conferência da coordenação do curso.

5 - Os documentos descritos no item 4.2 deverão ser enviados para o e-mail institucional da secretaria da coordenação do curso.

5.1 - O período de envio da documentação de cada turma e o endereço de e-mail institucional será indicado pela coordenação do curso.

5.2 - Cabe aos estudantes guardarem a documentação comprobatória das atividades complementares realizadas no decorrer do curso. A entrega à coordenação de curso ocorrerá ao final de cada semestre letivo.

5.3 - Toda a documentação será enviada exclusivamente por e-mail, digitalizada em formato PDF, no entanto, a coordenação de curso poderá solicitar a entrega do documento físico, caso necessário.

6 - Em cada período de entrega e após a avaliação da documentação, a coordenação de curso devolverá ao aluno, via e-mail institucional, a ficha de atividades complementares preenchida, contendo as horas validadas.

6.1 - A coordenação de curso somente assinará a ficha de atividades complementares após a validação da carga horária total exigida neste Regulamento.

6.2 - Após validação e assinatura, a coordenação de curso ficará responsável pelo envio da ficha do aluno à Secretaria Acadêmica para registro de cumprimento das horas de atividades complementares.

7 - Os alunos que ingressarem no curso por meio de transferência ficam também sujeitos ao cumprimento da carga horária de atividades complementares, podendo solicitar à coordenação do curso o cômputo de parte da carga horária atribuída pela instituição de origem, desde que contemplem as diretrizes deste Regulamento.

8 - O estudante que não cumprir as determinações deste regulamento de atividades complementares não estará apto à colação de grau, mesmo que tenha obtido aprovação em todas as disciplinas regulares de sua estrutura curricular.

9 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

QUADRO 1

Distribuição, cargas horárias e exigências para e cômputo e validação das Atividades Complementares:

Atividades	Carga Horária (até)	Requisitos de comprovação	Valor/hora
Cursos de extensão	30 horas	Certificado de participação	Carga horária estabelecida no certificado
Cursos de aperfeiçoamento, formação, capacitação, entre outros	30 horas	Certificado de participação	Carga horária estabelecida no certificado
Participação como ouvinte de palestras, seminários, congressos, conferências, ciclos de debates, oficinas, mesas	30 horas	Certificado de presença	Carga horária estabelecida no certificado

Atividades	Carga Horária (até)	Requisitos de comprovação	Valor/hora
redondas, jornadas, fóruns, entre outros			
Participação em Grupos de Iniciação Científica orientados por professor da UEMG	40 horas	Declaração do professor orientador	Carga horária estabelecida na declaração do professor
Participação em Grupos de Pesquisa orientados por professor da UEMG	40 horas	Declaração do professor orientador	Carga horária estabelecida na declaração do professor
Participação em Grupos de Estudos orientados por professor da UEMG do Curso de Serviço ou áreas afins	40 horas	Declaração do professor orientador	Carga horária estabelecida na declaração do professor
Publicação individual ou coletiva de produção científica (artigos, ensaios, livros, capítulos de livros, entre outros)	30 horas	Artigo publicado	20 horas para cada publicação individual e 05 horas para cada publicação coletiva
Apresentação de comunicações científicas	20 horas	Certificado da apresentação	10 horas para cada apresentação de comunicação científica
Apresentação de trabalhos científicos no formato de painéis, resumo, resumo expandido ou pôsteres/banner	20 horas	Certificado da apresentação	05 horas para cada apresentação
Exercício de monitoria via edital da UEMG	40 horas	Declaração do professor orientador	Carga horária estabelecida na declaração do professor
Matrícula em disciplinas de outros cursos, com comprovação de aprovação por meio do Histórico Escolar.	30 horas	Histórico Escolar	Carga horária estabelecida no Histórico Escolar
Participação em programas ou projetos de extensão comunitária	30 horas	Declaração emitida pela instituição em que se executou o programa ou projeto de extensão comunitária	Carga horária estabelecida na declaração
Exercício de mandato completo em diretórios e centros acadêmicos ou ligas estudantis	30 horas	Apresentação da ata de posse e desligamento ou documentação comprobatória específica	20 horas para cada mandato
Cursos de idiomas	20 horas	Apresentação de certificado	Carga horária estabelecida no certificado
Curso de Língua Brasileira de Sinais –	20 horas	Apresentação de	Carga horária estabelecida no

Atividades	Carga Horária (até)	Requisitos de comprovação	Valor/hora
Libras		certificado	certificado
Cursos de informática	20 horas	Apresentação de certificado	Carga horária estabelecida no certificado
Participação em bancas de qualificação e/ou defesa públicas de trabalho de conclusão de curso em nível de graduação, especialização, mestrado e doutorado na área do curso de graduação	20 horas	Declaração de presença	02 horas para cada banca de graduação ou especialização 04 horas para cada banca de mestrado ou doutorado
Participação em Conselhos de Direitos	20 horas	Declaração de presença do Conselho ou documentação comprobatória específica	Carga horária estabelecida na declaração ou documentação apresentada
Participação como membro efetivo de grupos, coletivos, e associações da sociedade civil formalmente constituída por estatutos/regimentos.	30 horas	Certificado, declaração ou documentação comprobatória específica	Carga horária estabelecida na declaração ou documentação apresentada
Visitas técnicas supervisionadas por professor e/ou assistente social responsável técnico vinculado à instituição.	20 horas	Atestado de presença assinado pelo profissional supervisor da visita	Carga horária estabelecida no atestado.

QUADRO 2 –

FICHA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES - CARGA HORÁRIA: 90 HORAS

ALUNO (A): _____ MATRÍCULA: _____

Curso: Serviço Social

ANO/ SEMESTRE	ITEM	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO	DATA/ PERÍODO	CH

TOTAL:					

Assinatura da coordenação de curso: _____

Data: ____ / ____ / ____

Secretaria Acadêmica: _____

Data: ____ / ____ / ____

9.3 APÊNDICE C - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º O presente Regulamento fundamenta-se no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UEMG - unidade de Divinópolis o qual determinou a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como parte integrante da grade curricular do curso de Serviço Social. Consiste em uma pesquisa científica de tema afim ao Serviço Social que objetiva o aprimoramento e integração dos conhecimentos e conteúdo do curso, visando à atuação profissional.

Artigo 2º O TCC está previsto na Resolução CNE/CES nº 15 de 13/03/2002. É uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social, deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional elaborado individualmente ou em dupla e será apresentado na modalidade de artigo científico.

§ 1º Deve representar a sistematização do conhecimento resultante de indagações construídas ao longo do processo de formação profissional, inclusas as experiências de estágio.

§ 2º Caracteriza-se como um exercício de reflexão resultando numa produção investigativa em Serviço Social transformada em artigo científico.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Artigo 3º O Trabalho de Conclusão de Curso tem os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Habilitar o aluno à adequada elaboração de pesquisas e trabalhos científicos.

Objetivos específicos:

- a) desencadear nos alunos uma postura profissional investigativa ante a realidade social e a práxis do Serviço Social;
- b) desenvolver estudo teórico e pesquisa de campo sobre um determinado tema da realidade social, contextualizando e apreendendo-o criticamente;
- c) analisar, explicar e avaliar aspectos da realidade social, a partir de estudo, propondo novas alternativas de atuação do Serviço Social;
- d) desenvolver habilidade e domínio da comunicação escrita e oral para apresentação pública do tema da pesquisa.

CAPÍTULO III DAS DISCIPLINAS

Artigo 4º O TCC feito sob a orientação de um professor orientador assistente social ou de áreas afins vinculado a UEMG Divinópolis, iniciará seu desenvolvimento nas disciplinas TCC I e II, no 7º e 8º períodos, respectivamente.

§ 1º Os temas do TCC serão escolhidos pelos alunos em concordância com o professor(a)-orientador(a), observando-se a construção de referencial de interpretação da realidade social a partir da questão social.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Artigo 5º Compete a Coordenação do curso, tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias, cumprindo e fazendo cumprir as normas especificadas neste regulamento.

Artigo 6º Compete ao Colegiado do Curso emitir parecer sobre atos, procedimentos e processos acadêmicos ou situações omissas, em grau de recurso.

Artigo 7º Compete ao coordenador de curso, propor medidas que visem o aprimoramento das atividades do TCC;

CAPÍTULO V DA COORDENAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo 8º A coordenação dos processos que envolvem o TCC será exercida pelo coordenador de Curso.

Artigo 9º Compete ao coordenador de Curso:

- a) - Acompanhar, junto aos professores-orientadores, o andamento dos trabalhos, de acordo com as condições estabelecidas nestas normas;
- b) - Estabelecer e divulgar o calendário da banca de TCC para andamento das etapas das pesquisas, elaboração e apresentação dos trabalhos;
- c) - Promover, para a comunidade acadêmica, a divulgação das informações relativas ao desenvolvimento do TCC, bem como as datas e horários das bancas de defesa.

CAPÍTULO VI DO PROFESSOR ORIENTADOR

Artigo 10º O TCC será desenvolvido sob a orientação de professores assistentes sociais ou de áreas afins vinculados a UEMG Divinópolis

Artigo 11º O professor(a)-orientador(a) será definido preferencialmente de acordo com a área temática de interesse do professor e do aluno.

Artigo 12º Somente poderá ocorrer troca de orientador quando houver substituição dos professores das disciplinas TCC I e II, casos especiais deverão passar pela aprovação do Colegiado e Coordenação do Curso de Serviço Social.

Artigo 13º Compete ao professor(a)-orientador(a):

- I - Orientar a elaboração dos projetos e trabalhos sob sua responsabilidade de forma sistemática e planejada;
- II - Presidir as Bancas de Qualificação e de Defesa do TCC sob sua orientação;
- III - Assinar acompanhado dos membros das Bancas de Qualificação e de Defesa, a ficha de avaliação da apresentação do TCC;
- IV - Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes.

CAPÍTULO VII DOS ALUNOS EM FASE DE ELABORAÇÃO DO TCC

Artigo 14º É considerado aluno apto à elaboração do TCC, aquele regularmente matriculado nessa disciplina observando a questão do pré-requisito, neste caso, a aprovação nas disciplinas de Pesquisa I e II.

Artigo 15º São deveres do aluno em fase de elaboração do TCC:

- I - Frequentar as disciplinas de TCC I e II, no mínimo 75%, respectivamente.
- II - Observar os prazos divulgados pela Coordenação de TCC para a entrega do trabalho.
- III - Elaborar a versão final do TCC, atendendo ao que dispõe a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

IV - Entregar à Coordenação de curso, com no mínimo 15 (quinze) dias que antecedem a data da apresentação oral, três cópias de seu TCC em espiral e ou em Portable Document Format (PDF), para apreciação das Bancas de Defesa, após a liberação em documento oficial do professor(a)-orientador(a).

V - Comparecer em dia, hora e local determinado para apresentação da pesquisa, em banca de qualificação e de defesa previamente convocada.

VII - A apresentação do TCC será registrada na ficha de avaliação e assinada pelos membros da Banca, a qual determinará a média final.

VIII - Após a aprovação na Banca de Defesa, encaminhar à Coordenação do curso, no prazo de 10 dias, uma cópia impressa em espiral, e outra em Portable Document Format (PDF) para serem arquivados na biblioteca do curso de Serviço Social.

CAPÍTULO VIII

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo 16º A estrutura do TCC apresentado na modalidade de artigo científico, deverá apresentar a seguinte estrutura baseada na NRB 6.023/2018 e na NBR14.724/2021:

- a) Título do trabalho: no topo da página, em maiúscula, centralizado, fonte Times New Roman, tamanho 18, negrito.
- b) Autoria: nome do (os) autor (es) e do(a) professor(a)-orientador(a). Identificar em nota de rodapé: titulação do(os) autor (es) e do(a) professor(a)-orientador(a)
- c) Resumo: fonte Times New Roman, tamanho 12, negrito, espaçamento simples, alinhado à esquerda. O resumo deve ser um parágrafo com um total de 100 a 250 palavras, sem recuo de primeira linha e estruturado de forma a conter: introdução, objetivo, metodologia, discussão, resultado e considerações finais.
- d) Palavras chave: fonte Times New Roman, tamanho 12, negrito, alinhado à esquerda, listar de 3 a 5 palavras.
- c) Texto principal: seguindo as normas da ABNT subdivido em: introdução, desenvolvimento, considerações finais e referência bibliográfica, deverão ser apresentadas com no mínimo 20 (vinte) páginas e no máximo 30 (trinta) páginas em fonte Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento 1,5.

QUADRO I – Disposição dos elementos do artigo

Elementos	Etapas
Pré- Textuais	Título
	Autoria
	Resumo (Língua materna e em outra língua)
	Palavra-Chave (Língua materna e em outra língua)
Textuais	Introdução
	Desenvolvimento
	Considerações Finais
Pós-Textuais	Referências
	Apêndice

CAPÍTULO IX

DA BANCA DE DEFESA

Artigo 17º A sessão de apresentação do TCC será defendida publicamente pelo(a) aluno(a) perante Banca de Defesa composta pelo professor(a)-orientador(a), na qualidade de presidente, um(a) profissional assistente social e um(a) professor(a) de áreas afins da UEMG.

§ Para a indicação do profissional, deverá ser observado o conhecimento sobre o assunto discutido no trabalho, bem como, a titulação mínima de nível de pós graduação *Latu Sensu*.

Artigo 18º O aluno terá 20 (vinte) minutos para apresentar o TCC à Banca de Defesa.

Artigo 19º Após discussão e avaliação acerca do trabalho apresentado a Banca poderá fazer as seguintes ponderações:

- 1- Aprovar a pesquisa;
- 2- Solicitar ajustes na pesquisa, os quais serão acompanhados pelo professor/a orientador/a à data limite para entrega será o término do período letivo estabelecido no calendário acadêmico;
- 3- Reprovar o trabalho.

Artigo 20º A comissão examinadora somente poderá executar seus trabalhos com todos os membros presentes.

Artigo 21º Não comparecimento de um dos membros da banca será designado um(a) professor(a) suplente indicado previamente pelo professor orientador.

CAPÍTULO X DA APRESENTAÇÃO DO TCC

Artigo 22º As sessões de apresentação de TCC são públicas.

Artigo 23º Não é permitido aos membros da Banca de Defesa tornarem públicos os conteúdos dos TCCs antes das apresentações.

Artigo 24º Cabe à coordenação do curso elaborar um calendário fixando prazos para entrega dos TCCs, datas, horários e locais destinados à apresentação dos trabalhos, divulgando-os com antecedência mínima de 20(vinte) dias.

Artigo 25º O aluno terá até 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho e em seguida será arguido pela Banca de Defesa que avaliará o trabalho escrito será atribuído até (65 pontos) cuja avaliação abrange os aspectos científicos, profundidade da pesquisa, conteúdo do trabalho e a apresentação do texto de acordo com as normas da ABNT. Para a apresentação oral será atribuído até (35 pontos), cuja avaliação abrange a consistência da argumentação, a capacidade de expor a pesquisa e o conhecimento científico sobre o tema. O/A aluno(a) poderá atingir a nota máxima de 100 (cem) pontos de acordo com a média aritmética das notas atribuídas pelos membros das Bancas de Defesa.

Parágrafo Primeiro - No caso de TCC desenvolvido em dupla, apenas a nota do trabalho escrito é coletiva. A nota da apresentação oral é individual.

Parágrafo Segundo - A nota final será atribuída pelos membros das Bancas de Defesa, em caráter de sigilo, quando os(as) alunos(as) e os ouvintes serão convidados a se retirar do ambiente e aguardar a chamada para ouvir o resultado final.

Artigo 26º A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da apresentação e defesa obedecendo aos critérios estabelecidos no artigo 22.

Artigo 27º A avaliação final, assinada por todos os membros da Banca Examinadora, deverá ser registrada em documento padronizado, conforme modelo contido neste regulamento.

Artigo 28º O/A aluno(a) que não entregar o TCC em tempo hábil ou não se apresentar a Banca de Defesa estará automaticamente REPROVADO.

Artigo 29º Não haverá revisão de nota em relação à nota final atribuída ao TCC, pela banca avaliadora, sendo esta definitiva implicando em aprovação ou reprovação.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 30º Estas normas só poderão ser alteradas pela maioria absoluta do Colegiado do Curso de Serviço Social, competindo a este dirimir dúvidas referentes à sua interpretação, bem como atuar nos casos omissos, expedindo atos complementares que se fizerem necessários.

Artigo 31º O presente regulamento entrará em vigor na data da sua aprovação.

CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DOS TCC'S - AVALIADORES

Título do artigo:

Acadêmico (a) 1: _____

Acadêmico (a) 2: _____

Orientador (a): _____

Avaliador (a): _____

AVALIAÇÃO	ITEM	PONTUAÇÃO
TEXTO 65 PONTOS	1 - Escolha do tema pertinente ao conteúdo do curso	
	2 - Problema central claramente formulado, contextualizado e justificado	
	3 - Objetivos claramente delimitados e coerentes com o problema de pesquisa	
	4 - Quadro de referências teóricas delimitado coerentemente com a temática e problema proposto	
	5 - Justificativa e relevância social da pesquisa exposta de forma clara e objetiva.	

	6 - Metodologia bem definida e justificada, adequada ao problema, com fases de pesquisa bem relatadas.	
	7 - Estruturação do texto correspondente às normas da ABNT	
APRESENTAÇÃO 35 PONTOS	1 - Estruturação ordenada das ideias	
	2 - Organização visual da apresentação	
	3 - Domínio dos conceitos e dos processos propostos	
TOTAL		

Observações e/ou recomendações:

Divinópolis, ___ de _____ de _____.

Assinatura do avaliador (a)

CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DOS TCC'S – ORIENTADORES

Título do artigo:

Acadêmico(a): _____

Orientador (a): _____

AVALIAÇÃO	ITEM	PONTUAÇÃO
PROCESSO 20 pontos	1 - Assiduidade e pontualidade às reuniões de orientação	
	2 - Execução das tarefas propostas	
	3 - Superação progressiva das limitações teóricas com compreensão do processo de execução do TCC	
	1 - Escolha do tema pertinente ao conteúdo do curso	

<p>TEXTO</p> <p>60 pontos</p>	2 - Problema central claramente formulado, contextualizado e justificado	
	3 - Objetivos claramente delimitados e coerentes com o problema de pesquisa	
	4 - Quadro de referências teóricas delimitado coerentemente com a temática e problema proposto	
	5 - Metodologia bem definida e justificada, adequada ao problema, com fases de pesquisa bem relatadas.	
	6 - Estruturação do texto correspondente às normas da ABNT.	
<p>APRESENTAÇÃO</p> <p>20 pontos</p>	1 - Estruturação ordenada das ideias.	
	2 - Organização visual da apresentação.	
	3 - Domínio dos conceitos e dos processos propostos.	
TOTAL		

Observações e/ou recomendações:

Divinópolis, ___ de _____ de 2 ____.

Assinatura do orientador (a)

9.4 APÊNDICE D - DA REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO CURRICULAR

I - DA REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO CURRICULAR

1. As Atividades de Extensão Curricular serão regidas por regras continuamente revisadas e aperfeiçoadas pelo Colegiado do Curso de Serviço Social da Unidade Acadêmica de Divinópolis, em conformidade com a legislação vigente, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Regulamentações da Universidade do Estado de Minas Gerais.
2. As Atividades de Extensão Curricular integra o Eixo para a Formação Profissional do Curso de Serviço Social da Unidade Acadêmica de Divinópolis e tem carga horária total de 324 (trezentas e vinte e quatro) horas, atendendo a obrigatoriedade de que 10% da carga horária do curso seja cumprida em atividades de extensão conforme resoluções CNE/CES 7/2018 e UEMG/COEPE Nº 287 de 04 de março de 2021.
3. Para cumprimento das resoluções as Atividades de Extensão foram divididas em eixos que compreendem programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços: Através das disciplinas obrigatórias ou optativas do Curso, com a avaliação da ementa pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.
4. São aceitas como válidas a participação ativa do estudante em atividades de extensão que sejam ofertadas por meio de programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços que podem ser ofertados na Uemg ou em outra instituição, desde que devidamente reconhecida pelos Órgãos competentes.
5. É vedado convalidar como Atividade de Extensão Curricular as atividades:
 - a) que não sejam compatíveis com a formação profissional reconhecidas no Curso de Serviço Social.
 - b) que caracterize a substituição indevida de profissional formado;

II - DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

1. Atividades de Extensão que compõem carga horária de disciplinas obrigatórias, são validadas a partir dos critérios de avaliação das disciplinas, definida pelo docente que ministra a disciplina. Para que a carga horária destinada as atividades de extensão indicadas nas disciplinas sejam computadas no rol de atividades de extensão realizadas é necessário que o/a estudante seja aprovado na disciplina.
2. Atividades de Extensão que são ofertadas pelo curso em programas, projetos, eventos, cursos, oficinas, serão computadas de acordo com os controles/ relatórios de participação nas atividades atestadas pelos professores orientadores das atividades. Posteriormente ao fechamento das

atividades, os orientadores deverão encaminhar as informações à Coordenação do Curso de Serviço Social.

3. Em relação a Atividades de Extensão autônomas, aquelas que não são ofertadas pelo curso, a validação da carga horária se dará a partir da apresentação de Certificados e/ou Declaração de participação do/das Estudantes, à Coordenação de Curso. O documento deve comprovar participação ativa do/da estudante na atividade, para tanto, deve estar expressa a carga horária de participação e qual foi sua função na Atividade de Extensão.

III - DO TERMO DE CONVÊNIO DE PARCERIA, COLABORAÇÃO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

1. O Convênio indicado no item I 5-c. destas normas, será firmado entre as instituições profissionais e a Universidade do Estado de Minas Gerais, a partir de instrumento legal regulamentado pela legislação vigente e de acordo com as normas estabelecidas pela UEMG.
2. Os Termos do Convênio devem ser assinados a partir das orientações da Pró-Reitoria de Extensão tendo como responsável o Supervisor de Atividades de Extensão do curso/Supervisão do Curso de Serviço Social e serão revisados sempre que se fizer necessário, segundo avaliação de qualquer uma das partes.
3. Podem ser realizadas Atividades de Extensão junto a empresas, organizações governamentais e não governamentais, sindicatos, associações ou em setores da própria Instituição de Ensino, desde que tenham convênio assinado com a Unidade Acadêmica de Divinópolis e sejam orientados por um docente;

IV- DOS OBJETIVOS DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO CURRICULAR

Os objetivos da Extensão Universitária do curso de Serviço Social devem ser desenvolvidos à luz dos princípios norteadores contidos na Resolução 490 de 26 de abril de 2022. Sendo eles:

- ✓ I a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- ✓ II- a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- ✓ III- a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e da aplicação de conhecimentos e de outras atividades acadêmicas e sociais;

- ✓ IV - a articulação entre ensino, extensão e pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico;
- ✓ V - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador da comunidade acadêmica com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando-se e promovendo-se a interculturalidade;
- ✓ VI - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de Ensino Superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, de cultura, de direitos humanos, de justiça, de educação, de meio ambiente, de saúde, de tecnologia e de trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, a educação étnico-racial, os direitos humanos e a educação indígena;
- ✓ VII - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- ✓ VIII - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira;
- ✓ IX - o apoio a princípios éticos que expressem o compromisso de cada estabelecimento de Educação Superior com o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do Estado de Minas Gerais.

V - DO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO CURRICULAR

1. Estudantes têm autonomia para buscar Grupos de Pesquisa, docentes com projetos de extensão, cursos, oficinas, proposição de eventos ou prestação de serviços, que lhes permita vivenciar ativamente as atividades de extensão universitária. A Coordenação do Curso de Serviço Social será responsável por receber os documentos comprobatórios dessas atividades, no decorrer do desenvolvimento do curso, realizar a conferência e sua validação.
2. Para orientar as atividades de extensão realizadas pelos estudantes, seus objetivos, ações, formas de registro e avaliação, serão construídos planos de trabalho individuais elaborados pelos estudantes em diálogo com os orientadores das atividades.

VII - DAS COMPETÊNCIAS DO ORIENTADOR DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO CURRICULAR

1. Os Orientadores de Atividades de Extensão Curricular obrigatória, oferecidas pelo curso, serão professores docentes do Curso de Serviço Social
2. São funções do professor Orientador:
 - a) orientar as/os estudantes na elaboração do plano de trabalho individual;

- b) coordenar as etapas de execução das atividades de extensão;
- c) orientar, supervisionar e avaliar, pontualmente, o desenvolvimento das ações das(os) estudantes envolvidos na atividade de extensão;
- d) avaliar o Relatório Final da(o) estudante orientando, emitindo parecer e atribuindo a nota, conforme instrumentos de avaliação elaborado para esse fim.
- e) acolher a sociedade em relação as demandas relativas à atividade de extensão que orientem;

VIII - DAS COMPETÊNCIAS DO ESTUDANTE

1. Cabe ao estudante:

- a) elaborar com o orientador plano de trabalho individual;
- b) realizar, presencialmente ou por meios remotos, se for a indicação da atividade, as atividades de extensão sobre sua responsabilidade;
- c) comparecer aos encontros de orientação agendados pelo Professor Orientador de atividades de extensão curricular;
- d) entregar o Relatório Final da atividade de extensão curricular nos prazos estipulados ao Professor Orientador;
- e) respeitar as normas das Instituição, organizações, entidades que estejam envolvidas nas atividades de extensão das quais participará;
- f) entregar a documentação das atividades autônomas de extensão realizadas no decorrer de sua formação a coordenação de extensão, para que possam ser computadas na integralização de seu curso.

IX - DOS MECANISMOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- 1. A Avaliação das Atividades de Extensão realizadas como disciplinas, serão estabelecidas pelo docente em conformidade com a ementa, objetivos e metodologia da disciplina ministrada;
- 2. A avaliação de Atividades de Extensão realizadas em projetos ofertados pelo curso de Serviço Social, como indicado no projeto político pedagógico, se dará nos encontros para orientação, na análise das atividades realizadas pelas(os) estudantes em conformidade com o Plano de Trabalho individual e pelo Relatório Final do Aluno. Os documentos serão analisados pelos Orientadores, que terão a competência de Avaliação Final do Aluno e deverão computar o registro de avaliação, como segue:
 - a) Haverá a definição de um plano de trabalho e de relatório de atividades, esses documentos juntamente com o certificado de participação, serão computados como registros para verificação do cumprimento das atividades extensionistas, seja nos programas e projetos desenvolvidos pelo curso, pela Unidade, pela Universidade ou externos

3. O não comparecimento do aluno em mais de 25% das horas presenciais de orientação e realização das atividades, conforme avaliação do Professor Orientador, acarretará reprovação, por frequência, do Aluno Extensionista.
4. A avaliação do estudante em atividades de extensão ofertadas fora do curso de Serviço Social, se dará de acordo com o plano de trabalho individual do estudante estabelecido juntamente com o professor proponente da atividade.

X - DAS OUTRAS COMPETÊNCIAS

1. Cabe ao Colegiado do Curso revisar e aperfeiçoar, quando necessário, as normas das Atividades de Extensão Curricular.
2. Os casos omissos nestas normas serão decididos pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.